

**Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da
gestão da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A.
(TAP SGPS), e da TAP, S. A.**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.ª (BE)]

Reunião n.º 19

3 de maio de 2023

(14,35 h – 17,13 h)

Ordem do dia: — Apreciação e votação de requerimentos referentes a pedidos de documentação; apreciação e votação de requerimento para audições; informações diversas; outros assuntos.

Audição da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF): Dr.ª Maria João Araújo, Diretora-Geral do Tesouro e Finanças, e Dr. José Gato, Diretor de Serviços do Gabinete de Apoio e Coordenação do Setor Empresarial do Estado, acompanhados pela Dr.ª Maria de Lurdes Castro, Subdiretora-Geral da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Presidente da Comissão: Jorge Seguro Sanches (PS)

Deputados Oradores: Paulo Moniz (PSD)

Bernardo Blanco (IL)

Bruno Aragão (PS)

Filipe Melo (CH)

Mariana Mortágua (BE)

Vera Braz (PS)

O Sr. **Presidente** (Jorge Seguro Sanches): — Srs. Deputados, boa tarde a quem assiste aos nossos trabalhos, à comunicação social, às nossas assessorias, cumprimento-os a todos.

Está aberta a reunião.

Eram 14 horas e 35 minutos.

A nossa ordem do dia tem duas partes, e a primeira tem mais a ver com informações e com a parte deliberativa. Propunha que pudéssemos começar pela parte das informações diversas que, penso, será talvez mais simples começar por aí. Estão todos de acordo?

Pausa.

Então, diria o seguinte: recebemos da parte do Supremo Tribunal de Justiça duas respostas em relação aos incidentes suscitados de quebra de segredo profissional a duas sociedades de advogados e esses pedidos foram indeferidos. Foi pedido aos nossos serviços, e também a quem nos ajudou a preparar o pedido, ao Sr. Auditor Jurídico e através do Gabinete do Sr. Presidente da Assembleia da República, que pudéssemos fazer uma apreciação dos fundamentos que foram apresentados para que, da forma que seja possível, consigamos chegar aos objetivos que temos, que é de a Comissão de Inquérito ter informação sobre as razões que levaram a esses pedidos, que têm a ver com o levantamento do sigilo, do segredo profissional, neste caso.

Portanto, partilho esta informação com os Srs. Deputados, os documentos estão disponíveis, se quiserem analisá-los. Mas, de qualquer forma, estamos a fazer esse trabalho, do ponto de vista jurídico os

fundamentos são diferentes; queria, pois, partilhar esta informação com todos.

Segundo ponto, que também queria partilhar: tenho feito menção, junto dos serviços de apoio, no sentido de que as atas sejam disponibilizadas o mais rapidamente possível, porque é muito importante para os nossos trabalhos, nomeadamente para o trabalho da Sr.^a Deputada Relatora e portanto, essa importância é algo que estamos a sublinhar.

Sobre agendamentos, temos já feitos os agendamentos para a semana que vem, de acordo com aquilo que foi consensualizado em reunião de Mesa com os Deputados Coordenadores e, portanto, esse trabalho foi feito. Mas há ainda um trabalho que é muito importante que se consiga fazer — e isso é fundamental para o nosso pedido de prorrogação do prazo dos trabalhos que, como sabem, de acordo com a resolução da Assembleia da República termina a 23 de maio, pois sente-se a necessidade de os prolongar de acordo com aquilo que sejam as audições, os trabalhos e também com a necessária realização, produção e aprovação do nosso Relatório — e, portanto, vou propor, não sei se amanhã, se depois de amanhã, mas no máximo na terça-feira, que voltemos a fazer uma reunião de Mesa com os Deputados Coordenadores para que possamos rever a lista, as propostas que temos das entidades que temos para ouvir; fazer uma nova leitura, nomeadamente se é necessário, em função de deliberações, alguns nomes a mais ou se é necessário reduzir, com o objetivo de estabelecermos um planeamento mais eficaz.

Queria aqui sublinhar a colaboração que tem sido dada pelas assessorias, pelos grupos parlamentares; queria também partilhar — isto é algo que só eu é que posso imputar a mim próprio —, que cheguei a fazer uma proposta no sentido de os trabalhos decorrerem à segunda e à sexta-feira e não é esse o princípio com que vamos trabalhar, só muito excepcionalmente é que será feito, mas vamos continuar com um ritmo muito acelerado de

audições, precisamente para conseguirmos cumprir todos os nossos objetivos que temos pela frente. Acho que isso é algo que o País espera de nós: não só que todos os Srs. Deputados consigam concretizar os seus trabalhos nas suas áreas, não só na Comissão de Inquérito — não somos Deputados exclusivamente na Comissão de Inquérito —, mas que consigamos fazer esse equilíbrio para que os nossos trabalhos possam decorrer da forma mais rápida possível.

De qualquer forma, como este tem sido um trabalho feito mais em grupo de trabalho com a Mesa e com os Srs. Deputados Coordenadores, quero partilhar com todos esta informação, o que temos estado a fazer. As audições que têm sido marcadas têm-no sido, de facto, dessa forma, o mais consensualizada possível, para que possam ocorrer.

Nos últimos dias tivemos uma intensa agenda de audições, nomeadamente com sindicatos. Penso que essa tarefa está terminada, mas temos ainda um tempo muito vasto para fazer e, portanto, era isto que, nas informações diversas, eu queria partilhar com os Srs. Deputados.

Além disso, quais são as audições que já estão marcadas para a semana? Na terça-feira, temos a audição do Sr. Humberto Pedrosa; na quarta-feira, do Sr. Ramiro Sequeira; e, na quinta-feira, do Diogo Lacerda Machado. Portanto, neste momento, são as audições que temos agendadas, sem prejuízo de voltarmos ainda a partilhar mais informações, mas quero dizer-vos a todos que é isto que está em causa.

Quanto à questão do segredo profissional, é algo para o que pedi a máxima urgência, na medida em que ela é também fundamental e cruza-se com o pedido de audições que nós temos, dos advogados e, portanto, é algo que para nós é muito relevante.

Passando este ponto, íamos passar então ao ponto 1, da apreciação e votação de requerimentos...

Sr. Deputado Paulo Moniz, faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Antes que passe a outro ponto, e ainda sobre as audições para a semana, nós gostaríamos de sinalizar, desde já, que aquele formato de grelha reduzida que estamos a utilizar, do nosso ponto de vista para a semana não nos serve, tendo em conta a abrangência de questões a tratar com as pessoas que estão mais ou menos agendadas e que acabou de enunciar. Por conseguinte, queria sinalizar, desde já, que para a semana a grelha de tempo, do nosso ponto de vista, deve ser a grelha mais alargada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Acho que valia a pena apurarmos isso, até porque não está presente o Sr. Deputado Bruno Dias, que também fez uma proposta para que aprovássemos, eventualmente, uma grelha que fosse intermédia. Portanto, acho que valia a pena levá-la à aprovação da Mesa e Coordenadores para depois vir à Comissão a possibilidade de vermos isso. Mas, de qualquer forma, queria apenas só partilhar esta informação.

Indo agora ao ponto 1, apreciação e votação de requerimentos referentes a pedidos de documentação, temos dois pedidos; um terceiro chegou há pouco e, portanto, penso que ainda não foi distribuído, e que estará em condições de ser apreciado e votado na próxima reunião.

O primeiro é um que já se arrasta há várias semanas, é da Iniciativa Liberal, e tem a ver com pedidos de alteração de voos do Sr. Presidente da República e comitiva, e ainda não foi apreciado. Sr. Deputado Bernardo Blanco, sobre isso, mantém-se o requerimento?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, acho que esse é o segundo pedido, porque houve uma resposta incompleta e nós agora estávamos a pedir o resto que faltava. Penso que é isso, certo?

O Sr. **Presidente**: — É, mas juntando mais um pedido.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Exato, Sr. Presidente, porque na própria resposta dá-se indicação — sem querer dizer o que lá está — de mais coisas e, por isso, faz-se este segundo pedido para completar a resposta, mas fazendo referência a algo que nos responderam, sim.

O Sr. **Presidente**: — Ou seja, aquilo que nós tínhamos pedido tinha a ver com a agência de viagens e com a TAP, e aquilo que se pede neste requerimento é com a agência de viagens e a Presidência da República. É isso, não é?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não se está a pedir nada à Presidência da República.

O Sr. **Presidente**: — Está-se a pedir informações trocadas entre a Top Atlântico e a Presidência e entre a Top Atlântico e a TAP. É isso que aqui está.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo, certo.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, mantém este requerimento?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sim, sim.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Portanto, este é o primeiro requerimento de documentos.

Pergunto se algum dos Srs. Deputados pretende pronunciar-se.

Sr. Deputado Bruno Aragão, faça favor.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A minha pronúncia — utilizando a sua expressão — serve também um pouco para a discussão que depois teremos noutros documentos, que é uma discussão que acho que já se colocou algumas vezes nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e que, de alguma forma, fomos adiando, e que tem a ver com o objeto desta Comissão de Inquérito. E o objeto, enfim, daquilo que eu leio da Resolução da Assembleia da República n.º 7/2023, é claro: avaliar o exercício da tutela política da gestão da TAP, SGPS e da TAP, SA, nomeadamente num conjunto de pontos, e dentro desses pontos, em particular, naqueles períodos de 2020-2022.

Acho que tudo o que extravase este âmbito, tudo o que não cabe no objeto não deve ser algo de inquérito desta Comissão Parlamentar, por imperativo do regime jurídico. E, portanto, temos dificuldade em acompanhar um requerimento que pede informação trocada entre a agência de viagens e o órgão de soberania Presidente da República, porque achamos que claramente não se enquadra neste objeto. Independentemente de pedirmos os que a TAP — e bem — troca ou trocou com a agência de viagens e que possam... Portanto, achamos que, desse ponto de vista, envolvendo um órgão que não está claramente neste objeto e que extravasa completamente os nossos trabalhos e a avaliação que temos aqui a fazer, nós não poderemos acompanhar, por essa razão, ao contrário do que fizemos, acompanhando o outro requerimento, que pedia a troca de correspondência entre uma agência de viagens e a TAP, porque esse aí, sim, está completamente dentro deste âmbito.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Bernardo Blanco tinha pedido a palavra. Primeiro, o Sr. Deputado Bernardo Blanco, depois o Sr. Deputado Paulo Moniz e o Sr. Deputado Filipe Melo.

Sr. Deputado Bernardo Blanco, faça favor.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, primeiro, é só para dar nota de que acho que a temática está completamente dentro do âmbito, porque estamos aqui a tentar perceber se houve interferência política na gestão operacional da companhia. Quanto à parte temporal, também se enquadra no período de 2020 a 2022.

E relembro, muito rapidamente, que houve tudo aquilo que já se sabe, que o Sr. Secretário de Estado tinha enviado um *e-mail* à CEO a pedir para alterar o voo, e o que depois estava no fim dessas comunicações — que a CEO também disse aqui que não se recordava, mas que ia tentar ver e responder, e, que eu saiba, até agora, também que não enviou informação nenhuma à Comissão —, é que já se tinha feito aquilo no passado. Tendo em conta essa afirmação, queríamos saber se, efetivamente, aquilo já tinha acontecido ou não. Foi por isso que pedimos mais informação.

Se o Sr. Presidente vir o que está aí, na prática, é que numa das comunicações diz que sim, que já houve, mas ao mesmo tempo estão a dizer que não. E, por isso, na própria resposta há uma contradição, pelo que se está a pedir novamente informação, porque estão a assumir que sim, que já aconteceu, dizendo que não. Por isso, parece-me óbvio que temos de pedir esclarecimentos. Se quiserem, eu até posso alterar o requerimento e, em vez de pedirmos já as comunicações, fazemos um esclarecimento primeiro, a dizer «esta resposta tem aqui uma contradição óbvia e por isso esclareçam», e não pedimos nada de comunicações, nem da agência de viagens, nem da Presidência; fazemos só assim: «Esclareçam, por favor, porque estão a dar

uma resposta contraditória e, por isso, esclareçam.» Eu poderia fazer isso e alterar o requerimento nesse sentido.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Penso que é uma sugestão que talvez faça sentido, a proposta do Sr. Deputado, mas, independentemente do Sr. Deputado Paulo Moniz e do Sr. Deputado Filipe Melo terem pedido a palavra, penso que se fizermos essa sugestão, talvez consigamos encontrar um consenso neste pedido de documentos, se estiverem todos de acordo. Então, posso considerar que não estão inscritos e fazendo esta alteração em relação...

Sr. Deputado Paulo Moniz, faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente, cumprimento novamente as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, gostaria de enfatizar que a intervenção anterior do Partido Socialista inaugura uma nova fase desta Comissão Parlamentar de Inquérito, na medida em que, pela primeira vez, o Partido Socialista, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, faz duas coisas. Uma que o Governo já fez, quando foi solicitado a entregar documentos à Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi tecer considerações sobre a utilidade, a importância, a pertinência daquilo que a Comissão Parlamentar de Inquérito decidia unanimemente e requeria ao Governo para entregar, nesta manobra dilatória que todos vimos e que acabou, de facto, numa segunda insistência, por ter de entregar a documentação solicitada.

Hoje assistimos, aqui, a uma fase, de facto, nova, do que é o Partido Socialista, perante um documento, claramente, sobre temas que foram debatidos na audição da Sr.^a CEO — são temas que se prendem iminentemente com o âmbito político, de análise política desta Comissão — tece a sua consideração e começa a dar o sinal de que quer delimitar a

amplitude de investigação, porque naturalmente já percebeu, aliás todos nós percebemos, ontem foi um dos expoentes, do rombo das trapalhadas políticas do Partido Socialista e do Governo socialista em matéria da TAP. E hoje, pela primeira vez, transpôs uma linha, que para nós era vermelha, que foi a de utilizar a maioria que tem para obstaculizar o grau de liberdade e o entendimento de cada grupo político naquilo que solicita de documentação.

Isto não augura nada de bom para os trabalhos da Comissão e começa, pela primeira vez, a sentir-se algo que nós já temíamos desde o início, que é o Partido Socialista fazer avaliações e juízes de valor do que é ou não importante para cada grupo parlamentar cumprir escrupulosamente aquilo que o povo lhe determinou, enquanto representante, e no objeto desta Comissão. Portanto, para nós isso é intolerável.

Compreendo a posição do Deputado Bernardo Blanco, que foi a forma que entendeu para que isto passasse, mas fica inaugurado — e ao longo desta reunião, nos restantes requerimentos, iremos ver se tenho ou não tenho razão —...

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Pois! É preciso ter razão!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — ... aquilo que, claramente, o Partido Socialista está a começar a fazer, que é obstaculizar o trabalho da Comissão para proteger a ação desastrosa do Governo socialista em matéria da TAP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo, faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, boa tarde todos.

Sr. Presidente, em relação a este ponto, que me parece que foi um... Se calhar o Sr. Deputado Bruno Aragão não queria utilizar as palavras que utilizou, não queria obstaculizar este requerimento, penso eu.

Risos.

Penso eu! Porque senão perde-se o efeito prático desta Comissão de Inquérito e penso eu que não é isso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pretende. Ou, pelo menos, quero acreditar que não é o que pretende.

Assim sendo, primeiro, lanço um desafio ao Sr. Deputado Bernardo Blanco para que mantenha o requerimento tal qual foi apresentado,...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Claro!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — ... e terá, certamente por parte do Grupo Parlamentar do Chega, o voto favorável nas condições em que está proposto.

Depois, se o Sr. Deputado Bruno Aragão defende que o âmbito da Comissão deve ser, estritamente, o período de gestão de 2020 a 2022 — porque, realmente, foi isso que foi apresentado —, então, sugiro que, imediatamente, cancelemos o pedido de audições a ex-governantes que estão escalonados para vir a esta Comissão, nomeadamente ao Dr. Sérgio Monteiro, ao Dr. Pires de Lima, entre outros. Porque isso, sim, foge ao âmbito desta Comissão.

Sei que isso serve, na perfeição, os interesses do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas nós não estamos aqui para servir os interesses de nenhum grupo parlamentar. Estamos aqui para servir os interesses da população, para prestar os devidos esclarecimentos para os quais esta Comissão foi criada e designada.

Portanto, Sr. Presidente, a manter-se esta postura do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, deixo já em cima da mesa, para votação, a proposta de terminarmos completamente e não convocarmos sequer para virem a esta Comissão antigos governantes do período anterior a 2020.

Se querem trabalhar o âmbito da Comissão, então, vamos trabalhar 2020 a 2022, mas tudo o que é ingerência política ou possível intervenção do poder político e das instituições envolvidas, como é o caso a que se reporta este requerimento da Iniciativa Liberal, que tenha a ver com este período temporal, com esta gestão, com o mesmo Presidente e com o mesmo Primeiro-Ministro.

Portanto, é esta a consideração que faço: se for esta a posição final do Partido Socialista, sugiro que seja também votado, neste momento, antes de começarmos os trabalhos, a não audição a governantes no período anterior a 2020.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Bruno Aragão pediu a palavra. Faça favor.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente, penso que há aqui uma tremenda confusão. Estranho até, porque o próprio autor do requerimento estava disponível para uma solução simpática,...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Simpática...

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — ... que eu acho que responde àquilo que nós podemos pretender e, portanto, custa-me a crer a dramatização que se faz sobre isto.

Sobre isso, Sr. Presidente, permita-me alguns esclarecimentos factuais. O Partido Socialista, aqui representado no seu grupo parlamentar e nos Deputados desta Comissão, faz aquilo que lhe compete.

Foi o Partido Socialista que aprovou o conjunto de documentação requerido ao Governo. Aliás, foi o Partido Socialista, aqui, que depois da resposta do Governo disse: «Faça-se com o Governo o que se fez com todas as outras entidades». Mas lembro-me de que o único partido que dramatizou, nessa fase, foi o PSD, que disse: «Não, Sr. Presidente, faça logo a participação ao Sr. Presidente da Assembleia da República, inicie aqui um conjunto de diligências.» Não fomos nós.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E bem! E com razão!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Repare, eu nem digo se foi bem, se foi mal. É uma prerrogativa que os senhores têm, é uma prerrogativa que devem utilizar. Não podem é dizer o contrário.

O Partido Socialista foi claro sobre toda a documentação.

Nós pedimos documentação, o Governo respondeu como entendia, o Partido Socialista manteve o pedido de documentação, o Governo enviou. Portanto, não tem nada, sequer, a ver com este caso. Mas, recorde — e acho que o Sr. Deputado Filipe Melo entendeu mal aquilo que eu disse —, o objeto desta CPI é, em particular, àquele período, não limitando àquele período.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Ora, nem mais!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Mas foi exatamente isso que eu disse! Foi exatamente isso que eu disse, e, portanto, entendeu mal.

Por isso é que há um conjunto de audições, aprovadas por todos, que estão para lá desse período. Mas há um objeto a que nós temos de responder,

gostemos ou não, que é o objeto aprovado em Plenário. E esse objeto diz assim: «Avaliar o exercício da tutela política da gestão da TAP SGPS e da TAP, S.A.»

O Sr. Presidente da República não exerce tutela política sobre a TAP SGPS e a TAP, S.A. É tão simples quanto isto: o Sr. Presidente da República não exerce essa tutela política, e por isso é que o objeto está fora desse pedido. Mas não há problema nenhum — e por isso é que aprovámos anteriormente um requerimento noutro sentido — de pedir à TAP o conjunto de correspondência que entendermos.

Não há aqui drama nenhum, nem ninguém quer complicar nada. Só queremos manter as coisas nos canais em que elas devem estar, só isso. E se a Iniciativa Liberal tiver essa disponibilidade, como demonstrou, penso que não há drama nenhum, nem vale a pena criarmos aqui a ideia de que não há, da nossa parte... Aliás, como sempre houve, porque a maioria, tal como o Sr. Deputado diz, pode ser sempre exercida, desse ponto de vista, se a entende assim.

O que nós dissemos e mantemos, desde o início, foi «apure-se o que se tem de apurar, dentro do objeto aprovado, dentro das regras que estão definidas». Foi sempre esse o nosso racional e é exatamente isso que mantemos.

Portanto, relativamente a este requerimento, essa é a nossa questão.

O Sr. Presidente da República, enquanto órgão de soberania, não exerce tutela política sobre a TAP e, portanto, está fora do objeto desta Comissão. Havendo disponibilidade para se alterar, altere-se, é simples.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ó Sr. Presidente, eu tinha pedido a palavra antes da Sr.^a Deputada Mariana Mortágua!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, admito que sim, mas aquilo que a Mesa registou, dos dois lados, foi o nome da Sr.^a Deputada Mariana Mortágua. Mas, oiça, também não penso que será por isso que teremos aqui um incidente qualquer!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Eu só estava a dizer...

O Sr. **Presidente**: — Não só tenho essa informação dos nossos serviços de apoio — não só de um, mas de dois —, de que era a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, como, por outro lado, visto que a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua ainda não tinha falado, até achei normal que assim fosse.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E eu diria isso! Mas às vezes a malta está distraída!

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, faça favor.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Só queria dizer que tive oportunidade de consultar agora o requerimento da Iniciativa Liberal e o pedido de documentação refere-se especificamente a um voo que terá sido alterado no passado. Ou seja, um voo da TAP que terá sido alterado, no passado, a pedido da Presidência da República.

Portanto, não se trata dos contactos entre a Presidência da República e a agência de viagens,...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Claro!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... trata-se de um contacto entre a Presidência da República e a TAP, intermediado pela agência de viagens, para alterar um voo específico.

Eu admitiria que este podia não ser, diretamente, um assunto da Comissão de Inquérito, se não tivesse já sido um assunto da Comissão de Inquérito,...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Exatamente!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... no sentido em que já foi, foi tratado como tal, e não foi levantado como não sendo um assunto da Comissão de Inquérito nem uma violação dos poderes desta Comissão, constituindo uma forma de intervenção, legítima ou ilegítima, ou uma interferência de uma tutela política, ainda que com a separação de poderes, na TAP, portanto, não me parece que extravase o âmbito da Comissão de Inquérito, nem mais nem menos do que os outros assuntos de que aqui tratamos. E, tendo em conta que o requerimento é bastante preciso, acho que não estamos a interferir demasiado nas comunicações da Presidência da República.

Pronto, era este o meu contributo, muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Sr. Deputado Paulo Moniz, faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como já é evidente, esta desculpa e este alibi do Sr. Presidente da República para se querer chumbar um requerimento da IL não requer, do meu ponto de vista, mais nenhum esclarecimento. Já está claríssimo.

Mas há aqui uma questão importante. Eu queria salientar que nós já identificámos, no acervo documental que temos, que falhou ao Ministério das Infraestruturas e da Habitação o envio de mais de uma centena de *e-mails*.

Ó Sr. Presidente, esta Comissão não pode ver sonogada informação que já foi pedida e que nós depois identificamos, por outras comunicações, que está em falta. Vamos dar entrada de um requerimento exatamente a pedir mais desses 100 *e-mails* que não foram enviados!

Eu já lhe disse aqui, uma vez, que nos está a ser sonogada informação, e volto a repetir!

Isto parece uma regra em que é preciso virem os adjuntos demitir-se, e essas trapalhadas todas, para nós percebemos que o Partido Socialista, o Governo do Partido Socialista está a sonogar informação a esta Comissão. Isso é inadmissível! Isso é completamente inadmissível!

O Sr. Presidente tem de tomar uma atitude, enquanto Presidente, e é a segunda vez que eu, aqui, alerto para essa circunstância. A primeira foi quando usei informação de *e-mails* que não constavam da comunicação do Governo, mas estavam noutros sítios. E nós identificamos, à data de hoje, mais de 100 *e-mails* que não nos foram enviados.

O senhor tem de tomar uma medida, tem de oficialar ao Governo e tem de dizer que, no âmbito do cumprimento do Regime Jurídico das Comissões Parlamentares de Inquérito, o Governo não pode ocultar informação.

Hoje em dia, com a informática, não vale a pena fazer esse número! Nós apanhamos nos outros *e-mails* aquilo que o Governo não manda. Já chega de manobras dessa natureza.

O senhor tem de se pronunciar, tenha paciência.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Bernardo Blanco pediu a palavra. Faça favor.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sim, Sr. Presidente, estava a falar de cabeça e, entretanto, estava a ler o requerimento e, efetivamente, não me parece ter nada de mal.

Até fui confirmar e, no requerimento anterior, que foi aprovado por todos — pelo Partido Socialista também —, o que se pediu foi a documentação, o acesso a todos os *e-mails* ou correspondência a propósito da alteração do voo e da alegada tentativa de alteração do voo, em janeiro.

Nós não especificámos as entidades, e, não tendo especificado as entidades, o requerimento foi aprovado. E foi a própria agência de viagens que, por sua iniciativa, enviou *e-mails* trocados com a Presidência, não fomos nós que pedimos.

Agora, o argumento que me estão a dar para não aprovar este requerimento é por nós especificarmos as entidades, mas, também, se for esse o caso, é fácil. Eu posso tirar daqui a especificação de quais são as entidades, porque a própria agência de viagens já enviou *e-mails* com a Presidência, sem eu pedir.

Efetivamente, acho que o que está aqui continua a fazer sentido. Se calhar, implica até uma correção minha, que falta aqui, porque eu também quero esclarecimentos sobre a contradição da resposta da própria agência de viagens — e pelo que estou aqui a ver não os pedi, só voltei a pedir a correspondência.

Por isso, o requerimento parece-me fazer sentido como aqui está.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo, faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, há uma informação que parece que está aqui a escapar. O Sr. Deputado Bruno Aragão invocou o que invocou e, naturalmente, está no seu direito, mas nós não podemos relevar

um facto que é de extrema importância: se o Sr. Presidente da República não tem — porque não tem, obviamente — tutela na TAP, o princípio da separação de poderes também devia dizer que o ex-Secretário de Estado das Infraestruturas não pode trazer por arrasto o Sr. Presidente da República para este lamaçal, mas trouxe. Mas trouxe, e foi o Secretário de Estado, não foi nenhum dos Deputados desta Comissão. Foi o Secretário de Estado, que, entre outras coisas, disse que o Sr. Presidente da República era o maior aliado do Governo, mas que não podia ser contrariado, «portanto, façam lá o favor e alterem a viagem».

Portanto, a partir do momento em que o Sr. Presidente da República foi mencionado pelo Secretário de Estado, em que o princípio da divisão dos poderes foi misturado e confundido, parece-me que é de crucial importância termos acesso à documentação deste requerimento, porque se na altura o Presidente da República era um aliado do Governo, neste momento pode não ser e pode ser que seja importante termos essa informação que esclareça, ou não, que comprometa, ou não, o gabinete do Sr. Presidente da República.

Sr. Presidente, acho que o que foi invocado pelo Sr. Deputado Bruno Aragão não faz sentido para a não aprovação deste requerimento. Aliás, relembro, seria a primeira vez em que um requerimento não seria aprovado nesta Comissão — um requerimento desta importância. Não me recordo de outro.

Podemos estar aqui a abrir um precedente grave se não se aprovar o requerimento nas condições em que está pedido.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Aragão, faça favor.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Sr. Presidente, quanto a isso de aprovar requerimentos, ou não, digo aquilo que já disse aqui várias vezes: se é tácito, não há aprovação. Apresenta-se à Mesa e a Mesa diligencia, por isso é que

se vota. As pessoas têm entendimentos diferentes sobre as matérias e isso não tem mal nenhum. É democracia, ela exerce, não tem qualquer problema.

Aliás, ainda na semana passada, ou há 15 dias, votámos requerimentos de forma diferente e não houve nenhum drama com isso. Mas acho curioso que, nesta discussão, nós consigamos ao mesmo tempo dizer que não há problema nenhum e invocar problemas exatamente porque houve um *e-mail* que foi divulgado e que todos percebemos que não faz sentido.

Há, claramente, uma separação de poderes. Essa é a nossa linha vermelha, do ponto de vista institucional. Não há nenhuma tentativa de sonegar à Comissão informação; pelo contrário, encontramos uma forma de, sem beliscar a separação de poderes e sem beliscar o objeto desta Comissão, porque não há nenhuma tutela política do Sr. Presidente da República, se rever o requerimento de forma a poder responder ao pedido de informação que é solicitado e a Comissão continuar os seus trabalhos.

É uma questão institucional, é só uma questão institucional, não tem aqui mais questão nenhuma. Há, de facto, uma separação de poderes. Essa separação de poderes não decorre do objeto, o objeto secunda ainda mais essa separação de poderes.

Na minha opinião, na nossa opinião, não há necessidade de fazer drama. Se o Sr. Deputado Bernardo Blanco estiver disponível, como mostrou no início desta discussão, para rever o requerimento, colocando só as entidades, tudo bem. É que isso já é da responsabilidade da agência de viagens, como foi da responsabilidade de o Sr. Secretário de Estado escrever aquele *e-mail*, e por isso não tem nada a ver com esta Comissão. Esta Comissão segue as regras que entende, e nós também.

Da nossa parte, viabilizaremos. Tudo bem. Foi só isso que coloquei em cima da mesa, e não vale a pena criarmos aqui outra ideia que não esta do cumprimento escrupuloso do que é a separação de poderes entre a

Assembleia da República, a Presidência da República e as diferentes entidades. Só isso, mais nada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bernardo Blanco, faça favor.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, é muito rápido, é só para dizer que a própria resolução da constituição da CPI, na alínea *f*), fala sobre as decisões da gestão da TAP que possam ter lesado os interesses da companhia, logo, o interesse público. E, claramente, alterações de voo que nada têm a ver com os interesses comerciais da companhia e que até têm impacto em dezenas ou centenas de milhares de euros lesam, obviamente, os resultados da companhia e, conseqüentemente, o interesse público. Por isso, só para dizer que acho que, em termos de âmbito, está tudo assegurado.

Face ao outro requerimento que estava aqui a comparar, o que vou fazer é retirar a menção às entidades e a agência de viagens envia a documentação. Parece-me que é só isto.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — É isso!

O Sr. **Presidente**: — Então, apreciaremos na próxima reunião esse requerimento, sobre o qual, penso, o Sr. Deputado acabou de dar uma sugestão positiva.

Em relação àquilo que foi abordado sobre eventuais falhas de entregas de documentos, pedia aos Srs. Deputados, mais uma vez, que sempre que detetem essa situação que informem a Mesa, os nossos serviços, para que se façam insistências. Não vale a pena estarmos a enumerar e a dizer que houve não sei quantos casos em que não chegou a informação. Pedia mesmo aos Srs. Deputados, até porque estamos numa Comissão de Inquérito — e uma Comissão de Inquérito parte de um princípio que é o do rigor —, que

identifiquem mesmo a informação que não chegou, para que possamos mesmo fazer chegar essa informação às entidades a quem seja necessário.

O Sr. Paulo Moniz está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, é para interpelar a Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, eu... como é que hei de dizer isto? Penso que o Sr. Presidente não percebeu bem algum, digamos, modo de funcionamento. Nós não estamos aqui para dizer, a conta-gotas, ao Governo o que é que tem de entregar. Vamos lá ver se a gente se entende. Quando pedimos determinado conjunto de *e-mails* partimos do princípio que a entidade a quem pedimos pode ter dúvidas e, então, solicitar um esclarecimento à Comissão, mas, se não o faz, tem de entregar o que é pedido. E o Sr. Presidente tem um entendimento diferente. Nós não somos fiscais que vamos identificando, a conta-gotas, aquilo que o Governo do Partido Socialista não envia.

Penso que o Sr. Presidente está com alguma confusão do exercício da função, com o devido respeito, e, portanto, aquilo que o senhor tem de fazer é garantir que a informação venha toda. E a informação vir toda não é, depois, no dia a seguir, quando começamos a cruzar *e-mails*, vemos que nomeadamente o Ministério das Infraestruturas não nos enviou mais de uma centena de *e-mails*. Não nos compete, nós não somos administrativos do cumprimento de uma obrigação legal de entrega de informação à Comissão.

O senhor tem uma ideia errada do funcionamento, desculpe que lhe diga, da Comissão de Inquérito. O que aqui é pedido e o que tem de fazer é,

junto de quem pedimos essa informação, garantir que ela efetivamente chegue. Não pode acontecer isso. Já é a segunda vez que acontece.

E, portanto, não colhe esta sua indicação de nós irmos atrás e ajudá-lo, a si e ao Governo, a dar a informação que é obrigado a dar. Isso não existe. Está a ter uma visão que não é correta do funcionamento dos trabalhos da Comissão, desculpe.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está no seu direito dizer se concorda ou não concorda, mas a minha decisão está tomada. Ou seja, sempre que algum dos Srs. Deputados entenda que algum tipo de informação que foi pedida não chegou, faça favor de informar a Mesa, para que se possa atuar de acordo com aquilo que foram as deliberações. E não o fará, a Mesa, de modo próprio ou nomeadamente interpretando os sentimentos de qualquer um dos Srs. Deputados. Têm de ser os Srs. Deputados a dizer, em função daquilo que pediram, se as respostas foram dadas de uma forma satisfatória ou não.

Vamos passar ao ponto 2.

O Sr. Paulo Moniz (PSD): — Sr. Presidente, pretendo interpelar a Mesa, novamente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito?

O Sr. Paulo Moniz (PSD): — Sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Paulo Moniz (PSD): — O Sr. Presidente, quando preside não pode ter uma leitura ao arrepio do funcionamento da Comissão. Não quero

interpretar que o Sr. Presidente está a começar, como vimos há bocadinho com o Partido Socialista, a deixar uma regra fundamental no exercício da sua função, que é a imparcialidade.

O Sr. Presidente tem de compreender que a sua função está acima daquilo que são os jogos e os interesses de cada grupo político e de cada Deputado *per se* aqui representado. E não vale a pena vir dizer que nós vamos fazer o trabalho de permanentemente estar a sinalizar quem é que não entregou informação. Isso não é o nosso trabalho aqui. O nosso trabalho aqui, e o que nós confiamos de si, é que as instituições, ao respeito da lei e da Comissão, entreguem factualmente toda a informação. Não estou a dizer que, exceccionalmente, um ou outro elemento em milhares de informações possa falhar. É natural. Mas não foi isso que relatei. São dezenas, mais de uma centena de *e-mails* do Ministério das Infraestruturas que está em falta. E aí, Sr. Presidente, desculpe, não está a cumprir a sua missão.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Acho que estou a cumprir a minha missão e acho que estou a cumpri-la de acordo com aquilo que são os fundamentos da lei e do funcionamento desta Comissão.

Volto a repetir: quando algum dos Srs. Deputados entender que alguma informação não chegou da forma como devia chegar, deve identificar isso precisamente junto da Comissão, junto do Presidente da Comissão, para que o Presidente da Comissão possa atuar. E é precisamente assim.

O Sr. Deputado queixa-se de fazer trabalho administrativo. Sr. Deputado, nós estamos cá também para isso. Nós estamos cá não é só para dizer qualquer coisa, é precisamente para mostrar, quando for o caso...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não é isso! Não foi isso que eu disse!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, agora estou a falar, estou no uso da palavra e, portanto, o Sr. Deputado vai fazer o favor de ouvir e não estar a interromper.

Aquilo que queria dizer é o seguinte: sempre que houver necessidade de alguma correção de procedimentos, os Srs. Deputados não só têm o direito como têm a obrigação de partilhar essas informações e não vir dizer «olhe, são mais de 20, são mais de 30, são mais de 40». Isso não é nada, Sr. Deputado. Não é assim dessa forma. Não é dessa forma que nós conseguimos, efetivamente, cumprir da melhor maneira o nosso trabalho.

Acho que os dois já partilhámos os nossos pontos de vista. O Sr. Deputado tem um ponto de vista, eu, eventualmente, tenho outro. Paciência. Eu sou Presidente da Comissão e, enquanto for Presidente da Comissão, é exatamente desta forma que interpreto aquilo que são as minhas obrigações. E a minha obrigação é passar ao ponto seguinte, que é para continuarmos com os nossos trabalhos.

Sempre que entenderem — peço-vos isso — que alguma coisa não está de acordo com aquilo que os Srs. Deputados pediram, aquilo que tem havido no espírito desta Comissão é que precisamente esses pedidos têm sido feitos. Com esse debate e com essa discussão, conseguimos chegar, com certeza, a melhores resultados.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não é nada disso! Estamos a ir por maus caminhos!

O Sr. **Presidente**: — Passamos ao ponto seguinte, que é um pedido de documentação ao Ministério das Infraestruturas, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Passo a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, se quiser fazer alguma apresentação sobre isso.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sem dramas, acho que é importante.

Sr. Presidente, é o seguinte: foi referido nas notícias, amiúde, ultimamente, a questão de um computador que teria documentos importantíssimos ao ponto de, enfim, se ter evitado que fossem... não sei, levados para qualquer outro lado. Não quero estar a reproduzir aqui esse debate.

O requerimento tem apenas um objetivo, que é o de perceber se há nesse computador documentação a que a Comissão de Inquérito não tenha acesso. Se não for esse o caso, muito bem. Se é o plano de reestruturação, muito bem, já o temos. Mas acho que convém sabermos se existe ou não existe nesse computador informação que possa ser do interesse da Comissão de Inquérito. Esse é o único objetivo deste requerimento, que seja enviado à Comissão de Inquérito o conteúdo desse computador que tem a ver com a TAP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, também sem drama, concordo com o que diz a Sr.^a Deputada. A minha questão neste momento é prática. Pelas notícias que temos, este computador está apreendido à guarda do Ministério Público ou, pelo menos, das autoridades policiais. Aqui é ignorância minha: do ponto de vista jurídico, não sei se a Comissão diligencia, se nós temos acesso ou não. Não sei se aquilo é um elemento de prova, não faço ideia.

Portanto, a minha questão é muito concreta. Não sei se a Mesa faz essa diligência junto das autoridades, independentemente de nós podermos, por outra via, secundar um pedido também junto do Ministério das

Infraestruturas, o que, aliás, é um processo redundante, diria eu, ou se fazemos o pedido e depois logo se vê. A minha questão é só operacional.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Naturalmente, pedir a quem tem o computador neste momento!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo, faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, muito, muito sucintamente e atalhando caminho.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda fez um requerimento e acho que nos compete, a nós, votar o requerimento. A Mesa é que sabe a quem é que o vai pedir. Se vai pedir a *A*, *B* ou *C*, a nós não nos interessa, com devido respeito, Sr. Deputado, nunca foi isso que nós discutimos aqui. O que nós discutimos era a aprovação ou não do requerimento. Quanto à forma como vamos pedir a documentação, isso nunca foi preocupação nossa, mas, sim, do Sr. Presidente da Comissão.

Portanto, não vamos arranjar problemas onde eles não existem. O computador está à guarda do Ministério Público? Então, o Sr. Presidente sabe a quem pedir. Está à guarda da PJ? Ou dos serviços secretos? O Sr. Presidente sabe a quem pedir. A nós só nos compete aprovar o requerimento, e ponto. Não vamos andar aqui a queimar tempo a pronunciar-nos sobre a forma de lá chegar. A forma de lá chegar está entregue à Mesa da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Aragão, faça favor.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, quando se está de boa-fé, às vezes há alguma dificuldade em perceber isto. O que eu disse foi

simples. A informação que temos, que circula nas notícias, é que o computador está apreendido.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas isso a nós não nos interessa!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Se me escutar com atenção, talvez me possa dar razão. O que eu disse foi o seguinte: a Mesa pode diligenciar junto das autoridades — não sei como é que funciona, eu fiz essa salvaguarda —, independentemente de podermos, junto do Ministério das Infraestruturas, ao mesmo tempo, pedir... não é anular um em função do outro.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Nem pensar!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Nós precisamos e queremos a informação. Só isso. Era um pedido redundante. Mas, não havendo acordo, Sr. Presidente, faço o pedido. Se demorar mais, não há problema. Não vale a pena criar ruído com uma coisa que não tinha essa intenção.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo, faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, percebo a boa vontade do Sr. Deputado Bruno Aragão e até, eventualmente, pedir ao Ministério das Infraestruturas para facilitar o caminho. Só que não. Temos más experiências com esse Ministério no que toca à informação enviada. Portanto, dispensamos a ajuda do Ministério das Infraestruturas, que em nada, em nada, se sobrepõe aos poderes desta Comissão. Esta relação a pedidos de documentação e ao que está nesse computador, esta Comissão tem muito mais, legalmente, do que o Ministério das Infraestruturas.

Portanto, façamos o caminho a direito, esqueçamos o Ministério das Infraestruturas, indo diretamente à fonte. E o Sr. Presidente terá essa incumbência se o requerimento for, como espero, aprovado.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto, então, se estamos em condições de votar este requerimento.

Pausa.

Não havendo objeções, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passamos agora ao ponto 2 da ordem de trabalhos, que consta da apreciação e votação de requerimentos para audições. O primeiro requerimento apresentado é do PSD e trata-se de um pedido de audição, nesta Comissão, de Frederico Pinheiro, ex-Adjunto do Ministro das Infraestruturas, havendo, aliás, um pedido semelhante apresentado pelo Grupo Parlamentar do Chega.

Pergunto ao Sr. Deputado Paulo Moniz se quer fazer alguma apresentação sobre o tema, bem como ao Sr. Deputado Filipe Melo.

Pausa.

O Sr. Deputado Bernardo Blanco pretende usar da palavra. Faça favor.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, não pretendo fazer uma apresentação.

Queria só fazer uma pergunta rápida. Não é uma proposta, é uma questão. O atual — ontem, dissemos aqui que não era, mas ainda é o atual — Ministro das Infraestruturas, bem como o ex-Adjunto, e esse já é ex-Adjunto, em todos os dossiês TAP, só tiveram intervenção em relação a este tema, pelo menos o Sr. Ministro, durante estes meses. E por isso são dois ou três, perdoem a expressão, casos de agora. Ao contrário, está o caso do Ministro Pedro Nuno Santos, em que temos muita coisa para perguntar ao longo dos anos.

Parece-me, até por uma questão de imagem das pessoas, que certamente também não querem que o seu nome se arraste durante este tempo todo — sei que já discutimos isto em relação a um caso na reunião passada, em que o Secretário de Estado Hugo Mendes se voluntariou a vir aqui, embora aí acho que a situação seja muito diferente, porque ele ao longo dos anos tem muita participação na TAP —, que faria sentido as audições a estas pessoas serem antecipadas e não ficarem para o fim, porque a situação é manifestamente muito diferente. É um pouco por proteção do nome das pessoas. Percebo que até já se tenham voluntariado para virem cá, porque, efetivamente, este é um caso muito específico e não faz sentido virem aqui responder só daqui a dois meses.

Não é uma proposta, certamente tem muitos prós e contras, mas gostava de deixar aqui este esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, só para deixar aqui um complemento a esta nota que o Sr. Deputado Bernardo Blanco chamou a atenção, e bem. Efetivamente, ontem, referi-me ao Sr. Ministro como ex-Ministro, o que, de facto, não ocorreu. Reconheço que não foi utilizado o termo correto. No entanto, assumimos, perante o pedido de demissão, ou o

suposto pedido de demissão, que qualquer pessoa no pleno uso das suas capacidades intelectuais aceitaria tal demissão, e por isso é que dei como adquirido esse facto, que não veio a verificar-se. Reconheço, pois, esse pequeno lapso ao ter referido ex-Ministro quando não é ex-Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto se mais algum dos Srs. Deputados quer intervir sobre este ponto, ou seja, sobre estes dois requerimentos.

Sr. Deputado Bruno Aragão, faça favor.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, nós não vamos obstaculizar a vinda destas duas pessoas à Comissão de Inquérito. A narrativa é exatamente a mesma: tudo o que pudermos esclarecer e ficar aqui esclarecido é assim que deve ser, é assim desde o princípio e é assim que as coisas se fazem.

Mas, mais uma vez, recordo que esta Comissão tem um objeto e é nesse sentido que nós aprovaremos estas audições, no respeito por este objeto. E dou um exemplo: há um dos requerimentos que se refere, inclusive, à questão do SIS (Serviço de Informações de Segurança), o que foi hoje aprovado, e bem, na 1.ª Comissão. É lá que essas coisas devem ser dirimidas, não é nesta Comissão. Nós temos um objeto e temos regras. Não podemos querer transformar isto numa coisa que não é. Aquilo que devemos fazer é cumprir o objeto.

Portanto, aprovaremos estes requerimentos e achamos que tudo o que tem a ver com a tutela política da TAP, dentro daquilo que está definido pela resolução da Assembleia da República, é aqui que deve ser visto, e muito bem. Tudo o que esteja fora do objeto desta Comissão não pode ser aprovado. Não obstaculizaremos às audições da Dr.ª Eugénia Correia e do Dr. Frederico Pinheiro, aliás, pelo contrário, pois o que eles puderem esclarecer fica esclarecido.

O Sr. **Presidente**: — Estamos, então, em condições, se acharem bem, de votarmos conjuntamente os dois requerimentos.

Vamos votá-los.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

O requerimento seguinte é apresentado pela Iniciativa Liberal e trata-se de um pedido de audição do Sr. Ministro das Infraestruturas.

Sr. Deputado Bernardo Blanco, tem a palavra.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Ministro das Infraestruturas, João Galamba, certo?

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Quem apresentou o requerimento foi mesmo o Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Exato, mas, como não tem havido apresentações de requerimentos, ainda estava aqui a ligar o *software*.

Risos.

Sr. Presidente, é basicamente para o mesmo efeito dos dois pontos anteriores, sabendo, obviamente, que durante as audições há que ter também o cuidado de estar atento, digamos assim, ao âmbito da Comissão.

E por isso, claramente, há uma parte relativa à operação da TAP, e já houve aqui muitas questões sobre isso, sobre a convocação e desconvocação

de greves, o uso ou não de requisições civis que envolvem o Sr. Ministro, tudo o que já se sabe da própria reunião preparatória, mas também destes acontecimentos mais atuais. Acho que devemos ter o cuidado, como agora foi dito, e bem, de não trazer para aqui os temas do SIS, que, se calhar, até mereceriam outra CPI à parte, quem sabe, mas claramente não está no âmbito desta Comissão. O nosso requerimento não é nesse sentido, e penso que nem faço referência no requerimento a nada disso.

O Sr. **Presidente**: — Para a discussão, queria só dizer que já tínhamos a previsão de ouvirmos o Sr. Ministro das Infraestruturas na Comissão, e o princípio seguido tem sido o de ouvir os ex-membros do Governo e membros do Governo no fim das audições, de acordo com a fita do tempo, digamos assim. É isso que temos feito.

Partilho uma informação que não está no seio de toda a Comissão e que foi dada na última reunião de Mesa, com os Deputados Coordenadores: o ex-Secretário de Estado Hugo Santos Mendes mostrou disponibilidade e vontade em vir à Comissão. Transmiti isso aos Srs. Deputados e não obtive consenso para que esse princípio fosse alterado, ou seja, ele pediu para vir mais cedo, mas não consegui ter esse consenso.

Neste caso, não se está a propor uma audição extraordinária, está a propor-se que a audição seja antecipada e, portanto, é uma alteração a este princípio de regra que temos usado como metodologia.

Sempre que marca audições, a Mesa tem articulado e estado em troca permanente de informações, quer entre todos os que fazem parte da Mesa, quer entre os Srs. Deputados Coordenadores. Como eventualmente algum dos Srs. Deputados podia não ter esta informação, quis partilhá-la.

Este era um dado que queria dar. Não sei se algum dos Srs. Deputados quer intervir sobre este ponto.

Vamos votar este requerimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passamos ao último requerimento, apresentado pelo Sr. Deputado Filipe Melo, do Grupo Parlamentar do Chega, que propõe a audição da Chefe de Gabinete do Ministro das Infraestruturas, Dr.^a Eugénia Correia.

Faça favor, Sr. Deputado, se quiser fazer uma apresentação.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, penso que não é necessário.

Já no seguimento do que temos vindo a falar ao longo desta última meia hora, parece-me importante ouvir a Chefe de Gabinete do Sr. Ministro, bem como o ex-Adjunto, não pela polémica da bicicleta e do quarto de banho, não é isso que nos interessa, mas sim na ótica documental da coisa. E o nosso requerimento vai nesse sentido.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto se, sobre este ponto, mais algum Sr. Deputado quer intervir.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Eu, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, é só para esclarecer o que já referi na intervenção de há pouco sobre o objeto da Comissão. Este é um dos requerimentos que extravasa claramente esse objeto, pois fala, inclusivamente, do SIS, que, como disse mais uma vez, vai ser ouvido na 1.^a Comissão. Foi hoje aprovado o requerimento, pelo que sei. Portanto, estou de acordo quando os requerimentos estão dentro do objeto desta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o requerimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado Filipe Melo está a pedir a palavra. Faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Quando o Sr. Presidente declarar que está terminada a ordem do dia, queria introduzir um assunto que ficou pendente da última reunião.

Portanto, aguardo que o Sr. Presidente autorize.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como tínhamos falado na última reunião e o Sr. Presidente passou a decisão de se discutir este assunto nesta reunião, gostaria de dizer que há uma coisa que esta Comissão não pode nem deve deixar passar em claro, até por um possível condicionamento de alguns Deputados que estejam nesta Comissão, ou seja, que se sintam, de alguma forma, condicionados no exercício das suas funções pelo seu líder parlamentar. Refiro-me às afirmações proferidas pelo Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, em que sugeri ao Sr. Presidente que colocasse à votação da Comissão uma nota de repúdio pela Comissão a essas declarações. Isto, Sr. Presidente, porque, numa altura decisiva para esta Comissão, não pode vir um líder parlamentar atirar lama suspeita sobre os trabalhos e sobre todos os intervenientes nesta Comissão.

Portanto, como tínhamos falado e iniciado este tema na última reunião, peço ao Sr. Presidente que dê continuidade a este tema de forma a percebermos se vamos votar esse parecer da Comissão, pedindo ao Sr.

Deputado Eurico Brilhante Dias que, a bem dos trabalhos da Comissão e da dignidade de quem nela intervém, se retrate do que disse na semana passada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não está nas competências da Mesa, ou do Presidente da Comissão, fazer qualquer um dos reparos que o Sr. Deputado referiu.

Desde o início dos nossos trabalhos, tenho apreciado muito em todos os Srs. Deputados e em todos os grupos parlamentares a sua capacidade de não se deixarem influenciar por declarações que por vezes surgem nos respetivos campos, e não vou identificar nenhuma delas — e isso acontece desde o princípio, desde a designação do Presidente, a designação do relator.

Com toda a frontalidade pessoal e política, acho que nos devemos focar precisamente sobre os objetivos da nossa Comissão. Eventualmente, temos perspetivas diferentes, objetivos diferentes, mas nenhum de nós deve ser condicionado, quer por declarações nos campos políticos de cada um de nós, sejam elas justas, injustas, corretas, incorretas. Não vou apreciar isso, porque acho que não é para isso que a Comissão de Inquérito foi constituída; a Comissão de Inquérito foi constituída com um mandato claro

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E tem de a defender!

O Sr. **Presidente**: — sobre a tutela política da TAP, é aí que acho que nos devemos focar absolutamente. Concordo com algumas, discordo de outras, mas acho que não é para isso que estamos aqui. Estamos aqui para nos abstrair o mais possível daquilo que possam ser declarações e por isso é que nestas comissões o papel de cada um dos Srs. Deputados... eu não gosto de usar a expressão, aceito-a, mas não gosto quando se fala em grupos parlamentares, porque acho que estamos aqui individualmente como Deputados.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ah!... A maior parte!

O Sr. **Presidente**: — Acho que é dessa forma que devemos atuar, é dessa forma que nos devemos posicionar. Todos nós teremos uma sensibilidade diferente sobre estas questões, mas quero dizer o seguinte em relação a todos os Srs. Deputados de todos os grupos parlamentares: sinto que todos os Srs. Deputados têm procurado cumprir essa missão. E, portanto, o que pedia ao Sr. Deputado e a todos os Srs. Deputados é que nos foquemos naquilo que são efetivamente os objetivos. Se significa termos sobre isto um distanciamento em relação àquilo que são as declarações políticas, pois que seja, que seja dessa forma. Durante o mandato desta Comissão, é uma obrigação que devemos ter quanto a isso, Sr. Deputado Filipe Melo.

Faça favor, Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, com o devido respeito, permita-me discordar do que disse, até porque lhe recordo que, se assim fosse desde o início e se nós tivéssemos de ser imunes a todas as pressões vindas do exterior para esta Comissão, o Sr. Presidente nem sequer teria posto em causa a hipótese de abandonar a Comissão quando se lançou o clima de suspeição de que teria saído documentação desta Comissão. E o Sr. Presidente foi o primeiro a fazer *mea culpa*, para não dizer mais, dizendo que não se revia nisto e que ia ponderar a sua continuidade ou não. Portanto, o Sr. Presidente foi o primeiro a querer deitar a toalha ao chão quando houve alguma pressão externa.

Portanto, eu não aceito essa sua justificação, Sr. Presidente, volto a dizer-lhe. Mais: não podemos aceitar — e nós somos imunes a toda a pressão externa, de qualquer lado que ela venha — e não vemos esta posição do Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias como alguma pressão; vemos isto como um

desrespeito de alguém que é um dos nossos pares dentro desta Casa por quem, nesta Comissão, cumpre escrupulosamente o seu dever de escrutínio, neste caso à TAP, mas podia ser a outra coisa.

Acho que a Comissão tem de ter uma posição firme em relação a isso, porque não há de ser dentro desta Casa que se quer sujar o trabalho de quem cá colabora, com a agravante de que — e isso já ficou bem patente — há Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista condicionados após essas afirmações. E isso, Sr. Presidente, não é bom para a Comissão.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Oh! Oh!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Carvalho, pede a palavra, é?

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Vocês vieram falar do Relator, porque o líder mandou, no dia seguinte...

O Sr. **Presidente**: — Bem, ó Sr. Deputado, já aqui evocou aquela que é a posição do Presidente, e eu quero dizer-lhe o seguinte: eu defendo o princípio de que a culpa nunca deve morrer solteira. E na política, eu acho que, em relação a esses objetivos, nós devemos ser muito... Portanto, eu acho que aquilo que todos constituímos nesta Comissão, em termos de garantia de segurança no acesso às informações, é algo que dignifica o nosso trabalho como parlamentares. E, portanto, se alguma coisa, eventualmente, não correr bem, eu penso que o Presidente, ou seja quem for, ou pelo menos cada um de nós, do ponto de vista pessoal, não só tem o direito, como tem a obrigação de tomar daí as suas devidas ilações.

Sobre aquilo que o Sr. Deputado disse, quero dizer-lhe o seguinte: eu acho que devemos pautar-nos por aqueles que são os objetivos da nossa Comissão de Inquérito e não entendo que algum dos Srs. Deputados seja

frágil ao ponto de ficar condicionado, ou pelo seu líder partidário, ou pelo seu líder parlamentar. Cada um de nós está aqui pelo mandato do povo, e é de acordo com esse mandato do povo que tem de trabalhar nesta comissão de inquérito.

Portanto, aquilo que eu pedia mesmo era que criássemos condições para começar a nossa audição de hoje à DGTF (Direção-Geral do Tesouro e Finanças), se todos estiverem de acordo. Pode ser assim?

Muito bem. Sr. Deputado Hugo Carneiro, faça favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não era sobre este ponto, Sr. Presidente. No ponto relativo aos outros assuntos, se entender que chegamos lá, gostava de intervir.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, obrigado. Cumprimento todos os Srs. Deputados.

É óbvio que, para o nosso trabalho, temos de ter acesso à informação. O meu colega Paulo Moniz já levantou aqui um dos incidentes, anteriormente, que nós identificámos nas últimas horas e, portanto, não é algo que soubéssemos há 30 dias ou 60 dias. Portanto, nós levantamos os problemas quando eles surgem.

Mas há aqui outra questão, e essa está ao alcance da Comissão conhecer e deve merecer uma atuação da Comissão, sob pena de ficarmos indefinidamente à espera da informação que já requeremos, que foi aprovada e não teve resposta. Eu dou o exemplo do requerimento que tem a ver com a CEO da TAP Brasil. Segundo o *Excel* que foi enviado hoje pelos serviços, o pedido foi feito no dia 13 de abril, decorreram, portanto, 20 dias sem que tivesse existido uma resposta. Este *Excel* não me diz se foi feita uma

reinsistência do pedido, ou não. Portanto, eu isso desconheço, tenho apenas esta informação, mas é óbvio que está ao alcance da Comissão poder agir. Aquilo que nós sugerimos é que, quanto a este exemplo ou a outros que possam existir, isto seja verificado e que se crie um mecanismo no funcionamento da Comissão que permita que, mal terminem os 10 dias, estamos a atuar imediatamente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado. quero dizer-lhe que, sobre esse caso concreto, já houve insistência, e os serviços têm um automatismo já criado, precisamente nessas situações, para fazer uma insistência. Temos estado a trabalhar nesse quadro.

De qualquer forma, o que eu pedia era que, independentemente disso, os Srs. Deputados, sempre que entendam que algum documento não chegou, façam também menção. Acima de tudo, nós temos um objetivo, que é o de conseguir ter o acervo documental que é necessário para os nossos trabalhos. De certeza absoluta que a Comissão fará isso melhor do que serem apenas os nossos serviços, que o fazem, e penso que o fazem de uma forma que é de registar, de uma forma muito positiva. Mas se entenderem dever fazer chegar essa informação, eu pedia-lhes mesmo que o fizessem.

No caso da TAP Brasil, foi feita insistência, fui mesmo agora aqui confirmar essa situação. E houve outras situações em que se fez esse pedido de insistência, sempre que detetado. E sempre que assim for, façam-nos chegar essa informação, e acho que, com certeza, também valorizaremos todos o nosso trabalho.

Faça favor, Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, nós temos informação de que os acordos parassociais e outros documentos também não chegaram, e não são exatamente recentes. Portanto, temos essa nota.

A recomendação que eu faria era a de que, no próprio *Excel* que nos é distribuído, pudesse ser sinalizado se já foi feita uma insistência, ou não. Isto é algo com que não devíamos estar preocupados e, portanto, seria conveniente que tivéssemos um ponto de situação sobre o estado da arte relativamente a estes pedidos. Repito aquilo que disse: nestes pedidos que não foram respondidos, está sinalizada a data do envio e é do conhecimento da Comissão e da Mesa que eles não foram respondidos. O que não é do conhecimento da Comissão — por isso é que eu acho que seria útil acrescentar ao *Excel* — é se foi feita uma insistência ou não.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Faremos essa menção. Acho que é uma boa menção que se acrescente no *Excel* o pedido de insistência, para que todos saibamos que foi efetuado.

Neste caso, aquilo que me dizem é que o prazo estará agora a terminar. De qualquer forma, o que é que eu pedia? Que os Srs. Deputados, individualmente ou através de cada um dos grupos parlamentares, pudessem fazer chegar essa informação, para que a rede que nós temos para evitar essas situações possa ser o mais reduzida possível. Está bem? Muito obrigado.

Se estivermos todos em condições, iríamos iniciar agora a nossa audição de hoje, que estava agendada para as 15 horas, com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Temos connosco a Sr.^a Diretora-Geral, Dr.^a Maria João Araújo, acompanhada do Diretor de Serviços do Gabinete de Apoio e Coordenação do Setor Empresarial do Estado, Dr. José Gato, e ainda da Subdiretora da DGTF, Dr.^a Maria de Lurdes Castro.

Suspendemos os nossos trabalhos durante 2 ou 3 minutos e retomaremos logo que estejam connosco.

Hoje, a ronda começa pelo PSD. Muito obrigado.

Eram 15 horas e 44 minutos.

Vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 47 minutos.

Damos as boas-vindas à delegação da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a quem peço desde já desculpa pelo atraso no início dos nossos trabalhos, que estavam, inicialmente, agendados para as 14h30, depois, para as 15h00, e agradecemos essa espera.

Temos connosco a Dr.^a Maria João Araújo, Diretora-Geral do Tesouro e Finanças, Dr. José Gato, Diretor de Serviços do Gabinete de Apoio e Coordenação do Setor Empresarial do Estado, que são acompanhados pela Dr.^a Maria de Lurdes Castro, Subdiretora-Geral da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Sei que não têm apresentação inicial e, portanto, dou a palavra ao Grupo Parlamentar do PSD, que hoje vai iniciar esta 1.^a ronda.

Sr. Deputado Paulo Moniz, faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados e a Sr.^a Diretora-Geral do Tesouro e Finanças e a sua equipa.

Sr.^a Diretora, vou centrar a minha 1.^a ronda de perguntas na declaração unânime por escrito, de 12 de abril de 2023.

A Sr.^a CEO da TAP requereu que fossem ouvidas seis testemunhas em sede da audiência prévia. Confirma?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo** (Diretora-Geral do Tesouro e Finanças): — Julgo que sim, que era o que estava na DUE (deliberação unânime por escrito), era o que constava da DUE.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — De facto, são seis testemunhas que constam da cláusula *J* da DUE e, dessas seis testemunhas a ouvir, propostas pela CEO, entendeu a Direção-Geral que quatro haviam sido já ouvidas, no âmbito do relatório da IGF (Inspeção-Geral de Finanças), e que, em relação a duas, por terem sido ouvidos os seus superiores hierárquicos, considerava desnecessário fazer e promover a respetiva audição.

Portanto, nenhuma das seis pessoas sugeridas pela CEO da TAP para ser ouvida foi ouvida. E a pergunta objetiva que lhe faço é se considera normal, justo e/ou isento, no processo que conduz ao despedimento da CEO da TAP, a DGTF não ter ouvido as testemunhas indicadas pela CEO e ter, no livre-arbítrio da DGTF, considerado que o seu testemunho não era relevante.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — A DGTF foi mandatada para assinar uma deliberação, essa deliberação de que o Sr. Deputado fala, que não foi preparada pela DGTF. Foi mandatada para a assinar. E com esse pressuposto que diz, efetivamente, foram pedidos seis, quatro tinham sido ouvidos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr.^a Diretora, desculpe, está a dizer-me que assinou de cruz aquilo que lhe mandaram assinar?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Estou a dizer que a DGTF foi mandatada para assinar aquela declaração, e a DGTF, enquanto serviço integrado, operacionaliza as decisões tomadas pelo Governo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Quem é que lhe deu essa decisão?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — A comunicação foi recebida do gabinete do Sr. Ministro.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Que ministro?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Das Finanças.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Podia ler, se faz favor, a cláusula *n*) da declaração unânime?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Não tenho a declaração. E, desculpe, não é um documento classificado, este documento, para que pudesse estar aqui a ler?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, mas porque é que não lê o Sr. Deputado essa cláusula nona?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, quero fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — O Sr. Presidente também quer, digamos, que as regras de funcionamento e aquilo que é a minha decisão, no âmbito da minha intervenção — que seja a entidade a ler — não se verifiquem, é isso?

O Sr. **Presidente**: — Não, Sr. Deputado. O que estou a dizer apenas é que, sentindo eu, da parte de quem está a ser ouvido, uma pergunta sobre a natureza do documento, aquilo que me parece que é razoável é que seja o Sr. Deputado a ler. Digo eu, acho que me parece que isso é o que é mais razoável, porque, ou seja, não podemos, em relação a alguém que chamamos para prestar declarações, dizer: «Faça favor de ler este documento que tenho aqui à minha frente.» Quer dizer, acho que isso não me parece bem. Acho que é muito mais natural que seja cada um dos Srs. Deputados a fazer menção a esses documentos. Não me parece que possa ser feita dessa forma.

E eu senti, da parte da Sr.^a Diretora-Geral, a pergunta sobre se esse documento não era um documento classificado, o que acresce, aliás, a esta questão.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Pois!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, Sr. Deputado, pedia-lhe que pudesse fazer a leitura, se entender, porque senti, de facto, essa questão da parte da Sr.^a Diretora-Geral.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Bom, Sr. Presidente, lá está o Sr. Presidente — desculpe, volto a dizer-lhe — a querer interferir na forma como conduzo a minha audição. Registo novamente esta sua interferência e essa sua interpretação do à-vontade, maior ou menor, de quem está a ser ouvido.

Bem, a questão substancial aqui, de ser lida a cláusula, é porque a Sr.^a Diretora assinou um documento que nos disse que lhe foi imposto pelo Sr. Ministro das Finanças para assinar. E uma vez que vou fazer perguntas sobre o que a senhora assinou e que aparentemente não está, digamos, ciente de

cabeça daquilo que assinou, era uma forma de a ajudar nas perguntas que vou fazer. Mas se entende que assim não é ou que isso lhe perturba os trabalhos, farei como V. Ex.^a entende.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — É classificado ou não?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Estamos a falar da deliberação de 23?

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado. Pode continuar.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr.^a Diretora, conhece o conteúdo daquilo que assinou?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sim. Não tenho de cabeça toda a deliberação. Era extensa, não tenho de cabeça toda a deliberação.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Diga-me uma parte que tenha presente, uma qualquer.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sr. Deputado, não consigo agora estar a dizer-lhe, a debitar a deliberação. Não consigo. Não, nem a de abril nem a de março.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Bem, parece-me claro que a senhora não conhece o documento que assinou, que lhe mandaram assinar.

Assistiu à conferência de imprensa do dia 6 de março, conjunta, dos Sr. Ministro das Finanças e do Sr. Ministro das Infraestruturas?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Assisti a uma parte, sim.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Na sua perspectiva, foi ou não ali tomada uma decisão final de despedimento da Sr.^a CEO e do *chairman* da TAP?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Nessa conferência foi anunciada a intenção do despedimento, tanto quanto me lembro.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Então, depois do que ouvi, está a dizer-me que considera que ainda havia hipótese, mesmo que ínfima, da permanência da CEO e do *chairman* na TAP?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — A decisão dessa deliberação baseia-se, e a conferência de imprensa foi dada, na sequência do relatório da IGF, e foi uma decisão, havia uma decisão do Sr. Ministro, no sentido de ter sido anunciada a demissão da CEO da TAP.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Portanto, então, se bem percebo, entende que aquilo foi o anúncio da demissão da CEO e do *chairman* da TAP, correto?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Não foi a demissão, porque a demissão tem de operar por uma deliberação unânime por escrito e não por uma conferência. Uma conferência não demite ninguém.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Então, volto a fazer-lhe a pergunta: depois do que ouviu, acha que havia a ínfima hipótese de a Sr.^a CEO e o *chairman* continuarem na empresa?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Não, não sei.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não acha que depois de nesta conferência de imprensa ter sido, inclusive, anunciado um novo CEO, o sucessor, não havia hipótese nenhuma de aquilo não ser um despedimento irreversível?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — É algo que não... Não me cabe julgar as decisões do Governo. Aquele anúncio foi feito. Se havia a intenção ou se havia a possibilidade de, não era a mim que me cabia essa possibilidade e, portanto, não sei.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr.^a Doutora, já percebemos que assinou de cruz o que o Sr. Ministro das Finanças lhe disse para assinar, mas, que diabo!, se a senhora viu uma conferência de imprensa em que se anuncia o despedimento conjunto das duas pessoas e se anuncia o sucessor, acha que isto não é um despedimento?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Nas empresas públicas, os despedimentos processam-se, no caso das S.A. (sociedades anónimas), por deliberação e, portanto, só há um despedimento depois dos procedimentos todos tendentes a esse despedimento, que passam por uma deliberação.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Nisto que foi a descrição que me diz do que está previsto, como é que encara o anúncio, neste momento, de um novo presidente?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sr. Deputado, não me cabe julgar as atitudes nem as atuações dos membros do Governo e, neste caso, do Sr.

Ministro das Finanças.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr.^a Doutora, não estou a pedir que julgue. Estou a perguntar-lhe, e a senhora é quem representa o Estado, enquanto acionista em muitas das participações públicas.

Estou a perguntar-lhe se, no dia do anúncio da dispensa das duas pessoas e do anúncio do novo presidente, neste dia, se não entende que isto é um despedimento. É a pergunta. Não estou a pedir que julgue, tem de responder à pergunta.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sr. Deputado, também já respondi que foi anunciada a intenção de proceder ao despedimento.

Não sou o Sr. Ministro das Finanças e não posso responder pelo Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado. Usa agora da palavra, pelo Grupo Parlamentar do Chega, o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Dr.^a Maria João Araújo, cumprimento-a e a quem a acompanha.

Sr.^a Diretora-Geral, vou pedir-lhe que, em breves linhas, descreva o âmbito de competências da DGTF, no que diz respeito ao ministério a que reporta, neste caso, o Ministério das Finanças.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — A DGTF tem um vasto conjunto de competências, entre as quais, — e penso que é isso que está aqui — a preparação da documentação para a operacionalização da função acionista do Estado.

Penso que era neste âmbito que estávamos a falar e não noutros

âmbitos vastos em que a DGTF tem competência.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Como é que cruza a relação da Direção-Geral do Tesouro e Finanças com a Inspeção-Geral de Finanças?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Depende das matérias. Há matérias às quais respondemos a pedido à Inspeção-Geral de Finanças. Há outras em que, se temos alguma dúvida ou alguma questão que julgamos ser da competência, colocamos à Inspeção-Geral de Finanças. Podemos pedir a colaboração em alguns processos e a Inspeção-Geral de Finanças terá acesso ao sistema que a DGTF está a implementar para o acompanhamento do setor empresarial do Estado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Leu o parecer elaborado pela IGF, que sustenta a 100 % a demissão do PCA (Presidente do Conselho de Administração) e da CEO?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Li o parecer da IGF, sim.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Concorda com tudo o que vinha emanado desse parecer?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Julgo que sim, não tenho nada relativamente ao qual, nas matérias que nos dizem a respeito... É a posição da IGF e quando, por alguma razão, em alguma situação, não nesta, se é caso disso, podemos, mas, neste caso, julgo que não há nada com que não concordemos. Nem nos cabia, a nós, não concordar, neste caso.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Na opinião da Sr.^a Doutora, todas as

pessoas intervenientes neste processo, que deu origem a esta pesquisa e a este relatório elaborado pela IGF, deviam ser ouvidas, no âmbito do processo?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — A Inspeção-Geral de Finanças terá razões para ouvir as pessoas que ouviu. Não debati nem falei com o Sr. Inspetor-Geral de Finanças ou quem quer que seja para a justificação de quem foi ouvido, que foi considerado adequado para a elaboração do relatório.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não terá sido essa exatamente a minha questão, Sr.^a Doutora. Percebi, mas, indo diretamente ao caso em concreto, parece-lhe correto que todos os intervenientes no processo tivessem sido ouvidos e a Sr.^a Eng.^a Christine Widener não fosse chamada para prestar o depoimento que todos julgamos que era de suma importância?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Uma vez mais, competia à IGF elaborar o relatório e competia à IGF criar as condições para elaborar esse relatório.

É a IGF que é uma entidade de auditoria e considerou adequadas aquelas entidades, e a DGTF não é uma entidade de auditoria e, portanto, se considerou adequado, é o correto. É o adequado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Podemos dizer que, se bem que não neste perímetro, mas hierarquicamente, a DGTF abraça a IGF. A IGF faz um relatório, a DGTF concordará ou não com esse relatório e competirá, naturalmente, ao Sr. Ministro das Finanças, ao Ministério das Finanças, validar ou não esse relatório.

Portanto, a questão que lhe coloco é clara e é objetiva. Uma das peças

mais importantes neste jogo, chamemos-lhe assim, é a CEO da TAP, que deveria, naturalmente, ter direito a pronúncia. Assim não foi feito e foi despedida, em direto, pelas televisões, o que vai, eventualmente, lesar o Estado português em alguns milhares, milhões de euros. E o que pergunto, objetivamente, à Sr.^a Doutora é o seguinte: enquanto Diretora-Geral do Tesouro e Finanças, não vê desta forma? Não é esta a leitura que faz? É que, provavelmente, se a Sr.^a Christine Widener tivesse sido ouvida, o resultado do relatório da IGF poderia ter sido outro. Concorda com isto ou não?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Não posso fazer essa afirmação. Não faço ideia de que se tivesse sido ouvida o resultado fosse outro. É algo que não posso inferir.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Deixe-me, então, perguntar de outra forma. O Sr. Inspetor-Geral de Finanças disse, nesta Comissão, que a senhora não foi ouvida, primeiro, por dificuldade linguística — não compreendemos, mas temos de aceitar a justificação — e, depois, porque tinha sido ouvida nesta Casa, na Comissão de Economia, a respeito também do dossiê TAP. Sabemos, neste momento, que essa audição teve os contornos que teve, com reuniões preparatórias antes e tudo o mais, que enviesaram, certamente, o resultado da audição. E eu volto a perguntar: para este processo, era ou não de suma importância termos ouvido se calhar a peça mais fundamental em todo este *puzzle*?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sr. Deputado, eu volto a dizer, cabia à IGF fazer o relatório, que ouviu quem e como entendeu. Não compete à DGTF. O relatório é homologado pelo Sr. Ministro, nós temos de cumprir o que está naquele relatório e nos despachos emanados. À IGF caberia, e coube, fazer o relatório, ouvindo quem entendeu que deveria ouvir.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco.

Faça favor, Sr. Deputado

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente, cumprimento a Sr.^a Diretora-Geral, Dr.^a Maria João Araújo, e quem a acompanha.

Eu queria recuar um bocadinho. Foi subdiretora, de 2011 a 2017, se está correto, e também vogal não-executiva da PARPÚBLICA, de 2013 a 2015. Isto apanhou aqui alguns processos de mudanças na participação social da TAP e eu queria perguntar-lhe sobre a operação de privatização, se na altura estavam a par da natureza dos fundos Airbus e também das condições de capitalização, porque nós temos pareceres da altura a dizer que tudo cumpria a lei, entretanto também há estudos mais recentes a dizer que não e a Comissão está aqui no meio, a tentar perceber a verdade e o que é que se sabia e o que é que não se sabia na altura.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Boa tarde.

Não tenho memória, de 2013 a 2015, sobre os fundos Airbus. Houve, sim, à altura da privatização, mas não tenho memória, francamente.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas nesse processo de privatização qual foi o envolvimento da DGTF?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — A ter havido um envolvimento da DGTF, ela terá sido mandatada para assinar deliberações no sentido de orientações à PARPÚBLICA. Mas ainda esta manhã fiz uma busca e não

encontrei... não vou dizer que não há, mas não encontrei, esta manhã, esse envolvimento.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas, efetivamente, uma das competências da DGTF também tem a ver com as participações sociais do Estado, daí a minha pergunta. Assumo que nos processos mais recentes, pelo menos, vê-se muito mais envolvimento, daí eu perguntar se na operação de privatização tinha havido algum envolvimento ou não.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sim, mas o envolvimento, relativamente à PARPÚBLICA — quando existe, e existe nestes processos, seja da TAP ou noutro processo —, é, a maior parte das vezes, o de assinar, chamemos-lhe assim, as deliberações que mandatam a PARPÚBLICA ou que dão poder à PARPÚBLICA para uma determinada atuação.

A pergunta é muito vaga para...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo, certo, certo. Então, sobre a operação de recompra de 2017, assumo que a resposta seja a mesma e também não valha a pena fazer...

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sobre 2017 há algumas deliberações que foram, efetivamente, assinadas pela DGTF, mandatando a PARPÚBLICA. A maior parte delas foram deliberações que chegaram à DGTF para, mais em termos de forma do que de substância, dar eventuais contributos e para depois serem assinadas para mandar a PARPÚBLICA, porque, eventualmente, a PARPÚBLICA considerava que não precisava do mandato do Estado para o efeito.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E sobre o processo de nacionalização de 2020, aí sim, penso que já tenha mais informações para nos dar, certo?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Não tenho muita informação para lhe dar. Ou seja, relativamente a 2020, eu penso que a decisão foi tomada, para que, em determinado momento, aparecesse o diploma para que a DGTF, uma vez mais, mais em termos de operacionalização do que de substância, pudesse dizer alguma coisa sobre se havia algo que impedisse a operacionalização. E para os documentos a mesma coisa. A DGTF não esteve envolvida nas negociações que conduziram àquela nacionalização.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Uma das coisas que se discutiu aqui nos últimos dias muito com os sindicatos foi o facto de a própria Comissão Europeia exigir duas coisas: uma maior partilha de perdas com os credores e também que o Estado tentasse arranjar investimento privado para, por um lado, não haver tanta injeção dos contribuintes e, por outro, não haver um nível tão elevado de cortes salariais. Eu gostaria de saber se isso alguma vez foi discutido com a DGTF, porque, em dezembro de 2021, a TAP pede autorização à DGTF para um empréstimo à Caixa e ao Santander com garantias do Estado de 90 %. E para além disso também era já condição obrigatória a injeção que o Estado já tinha feito. Por isso, todas as evidências que nós temos é de que o Estado não fez grande esforço, nem para arranjar investidores privados, nem para aumentar a partilha de perdas com os credores. Preferiu o endividamento e o aumento de injeção dos contribuintes. Eu gostaria de saber se tem indicações em sentido contrário, ou não.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — A DGTF não esteve propriamente envolvida nas negociações que conduziram, inclusive, à decisão da Comissão Europeia. Não quer dizer que não tenha participado numa ou

noutra reunião, mas não esteve envolvida em todos os trabalhos e não tem conhecimento desses contactos eventuais com investidores ou de procura.

Tanto quanto me lembro, não estivemos, na realidade, envolvidos no conjunto das grandes negociações. Participámos em alguns elementos já mais para o final, mas não... Não tenho conhecimento.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Nas comunicações a que a Comissão teve acesso — penso também que já é público —, relativamente aos contratos de gestão, os administradores queriam aquela cláusula de exclusão, da responsabilidade civil e a DGTF opôs-se a isso. Eu queria perguntar-lhe, primeiro, se foi um entendimento jurídico próprio da DGTF, ou se foi uma indicação superior do Governo. E, se foi um entendimento jurídico vosso, qual é que era a principal argumentação para isso.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sim, foi um entendimento da DGTF, que considerou que os gestores públicos, no âmbito do Código das Sociedades Comerciais, devem ter um seguro, mas esse seguro é pago pelos próprios gestores e não pago, não assumido pela empresa, que acho que era o que a TAP pretendia. E essa tem sido a posição da DGTF relativamente a esse assunto, aqui ou noutra empresa qualquer, independentemente de percebermos a questão da TAP.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Uma última questão muito rápida é se concordou ou não com a demissão da ex-CEO, porque na deliberação da demissão, de 12 de abril de 2023, a DGTF está representada não por si, mas por Carlos Pinto, correto? E, por isso, pergunto-lhe só o porquê dessa representação e se tinha alguma coisa a ver com o facto de não concordar ou se não tem nada a ver com isso.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Não é habitual eu assinar deliberações; assino algumas, mas não é habitual. São os técnicos que acompanham as empresas que normalmente assinam as deliberações e, portanto, foi esse o caso. A juntar a esse facto, eu estive de férias durante essa semana. Portanto, mesmo que não fosse habitual, não teria sido eu.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra, pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento também a Sr.^a Diretora da DGTF.

Eu queria voltar aqui à questão da demissão só para esclarecer alguns pontos, para que fiquem claros.

O anúncio da demissão é feito no dia 6 de março pelo Sr. Ministro Fernando Medina. No dia 7 de março, às 22 horas, o Ministro Fernando Medina enviou o despacho à DGTF, pedindo, com carácter de urgência, a preparação e promoção de um procedimento para a demissão de Manuel Beja e de Christine Ourmières-Widener.

A minha pergunta é se houve alguma diligência para essa demissão, anterior a esse momento, que foi o envio do despacho, no dia 7, às 22 horas.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Não, não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Na sequência desse despacho, a DGTF produz duas propostas de deliberação única, que envia no dia a seguir, às 15 horas. Portanto, em poucas horas: recebe o despacho às 22 horas de um dia e, no dia seguinte, às 15 horas, as duas deliberações estão prontas.

Entende que essas deliberações estavam protegidas juridicamente e tinham capacidade para cumprir o seu objetivo?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Não. As deliberações que foram mandadas, como foi referido, eram apenas um primeiro *draft*, um esqueleto, para depois ser completado. Não pretendiam ser deliberações finais, eram um primeiro *draft*, tanto que as finais não têm a ver com isso.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A decisão de pedir apoio jurídico à JurisAPP é uma decisão do Ministro das Finanças ou é da DGTF? Quem é que toma a iniciativa de ter esse apoio jurídico?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Quem pede o apoio à JurisAPP é o gabinete do Sr. Ministro. O que não quer dizer que, em determinado momento, a DGTF não pudesse, noutros processos, porque tem alguma dúvida, pedir que algum gabinete peça o apoio à JurisAPP. Mas neste caso não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E, portanto, é normal nestes procedimentos, quando o Estado, através de uma qualquer entidade, precisa de ter apoio jurídico, que esse apoio jurídico seja pedido à JurisAPP, em procedimentos desta natureza?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Quer dizer, não sei se é, não sei se posso dizer que é normal. A JurisAPP existe para dar apoio jurídico, portanto, se alguma entidade tem alguma dúvida jurídica, eu julgo que a possa colocar à JurisAPP.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há um problema — um problema, não, uma realidade — que é a definição do prémio a pagar à CEO, porque não foram definidos os objetivos que têm de ser cumpridos para pagar os prémios, isso cabe a cada país. Essa responsabilidade pertence à DGTF?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Os objetivos seriam... não conheço o contrato da CEO, e, portanto, não posso dizer como é que eles estavam definidos, nem... não participámos, nem conhecemos o contrato que está subjacente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — No caso de Alexandra Reis, temos a informação de que a devolução da indemnização paga estava pendente de uma autorização ou um cálculo feito pela DGTF. Vi que tem alguma coisa a esclarecer, se o puder fazer...

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sim, eu vi numa...— já não sei, talvez numa destas audições. Nós já respondemos à TAP que compete à empresa fazer esse cálculo e não ao Estado, até porque eles é que têm os elementos e não nós. Compete à empresa fazer esse cálculo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, foi essa a resposta que a DGTF deu à TAP: compete à TAP fazer o cálculo e proceder ao pedido de devolução da indemnização?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sim, foi o que foi dito à TAP, que era a ela que competia fazer o cálculo.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Doutora, pode aproximar mais o microfone e deixá-lo ligado, penso que não há problema nenhum.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Não faz mal que fique ligado?

O Sr. **Presidente**: — Não, penso que não, penso que não, se houver problema nós diremos.

Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, pediu a palavra?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras da oradora.*

O Sr. **Presidente**: — Está bem, muito obrigado, com certeza.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Já aqui foi falado sobre a compra de capital em 2020, em que a DGTF fica com a participação que corresponde à participação que David Neeleman tinha. Queria confirmar que a DGTF não participou da negociação em que o Estado acaba por comprar, por 55 milhões, as prestações acessórias de David Neeleman na TAP.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sim, não participámos e resultam do diploma.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Relativamente ao acordo de gestão, que ficou num impasse devido à questão do seguro, com ou sem impasse, há uma obrigação legal de esse acordo de gestão ser assinado num prazo de — não me lembro exatamente — dois meses a seguir à eleição dos órgãos sociais.

A DGTF tinha consciência de que estava a incumprir esse prazo?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Os contratos de gestão e a sua avaliação estão atribuídos — à época, não sei exatamente, mas acho que já era assim — à UTAM (Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial).

Existe uma norma, uma portaria com um tipo de contrato de gestão e ele deve ser submetido à UTAM.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Faço duas perguntas em simultâneo, porque o meu tempo vai terminar.

A primeira é a saber se a DGTF não tem qualquer responsabilidade sobre isso, porque há um *e-mail* do Presidente do Conselho de Administração, logo em setembro de 2021, a dizer «cuidado, que não há contratos de gestão». Esse *e-mail* é enviado à DGTF, portanto, queria perceber se, de facto, não há qualquer responsabilidade da DGTF.

A segunda questão, que não tem nada a ver com este assunto, prende-se com o seguinte: a VdA (Vieira de Almeida), Sociedade de Advogados, foi consultora do Estado no processo de reestruturação, foi consultora do Estado no processo de privatização, foi consultora da TAP nos fundos Airbus e, agora, é consultora da Iberia, que quer comprar a TAP. Pergunto se não há aqui um conflito de interesses, de a mesma assessoria jurídica que fez a reprivatização e o plano de reestruturação estar agora a assessorar um comprador da TAP. Uma vez que a DGTF é acionista, talvez tivesse uma posição sobre isso.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Em relação aos contratos de gestão, não havia contratos de gestão. Não sei o que lhe posso dizer.

Em relação ao conflito de interesses, caberá eventualmente à VdA — a VdA não é assessora da DGTF, é assessora do Estado, não foi contratada pela DGTF — saber se não há conflito de interesses.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra, pelo Grupo Parlamentar do PS, a Sr.^a Deputada Vera Braz.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento, naturalmente, os Srs. Representantes da DGTF aqui presentes.

Começando com a entrada da DGTF no capital da TAP, em 2020, em plena pandemia da covid-19, o grupo está praticamente parado, aviões no chão, trabalhadores que têm de recorrer ao *layoff*.

Qual é, para a DGTF, a situação da empresa nesta fase?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Nesta fase, e ainda não temos as contas de 2022, formalmente, mas a situação da empresa é claramente melhor.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Apenas para esclarecer: «nesta fase» é na fase da entrada da DGTF no capital da empresa, em 2020.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Ah! Desculpe, pensei que era a comparação para agora.

Sim, à época — e nós não acompanhávamos propriamente, nem acompanhámos as negociações —, a TAP estava em situação difícil. Isso era conhecido, daí o diploma que justificou a entrada do Estado, através da DGTF, no capital.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Considera, portanto, que a empresa se encontrava em graves dificuldades financeiras?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sim. Nós não acompanhávamos a TAP, mas sim, era a situação à época, que justificou inclusive a necessidade de haver um auxílio do Estado logo inicial.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Posso, então, depreender das suas palavras que sem a intervenção do Estado a empresa não teria condições para sobreviver?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sim. Não analisei as contas à época, mas sim. Acho que é do conhecimento geral que essa era a situação da TAP e que não poderia continuar.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Quanto aos contratos de gestão já aqui falados, qual é que foi exatamente o posicionamento da DGTF quanto ao documento que foi enviado, quanto à minuta que foi enviada, e quais é que foram as reservas levantadas?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Estamos a falar do contrato antigo? Tanto quanto me lembro, a questão que lá apareceu... Ou seja, lá só chegou a cláusula.

Pausa.

Penso que, na primeira versão, e estamos a falar da versão do anterior Conselho de Administração...

Pausa.

Ah! A de agora?

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Apenas para esclarecer: estou a falar após a entrada da CEO e do *chairman*, portanto, da Christine e do Dr. Manuel Beja.

Em relação à minuta de contrato de gestão que foi enviada, qual é que foi o parecer e as reservas levantadas pela DGTF?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Mas era isso que eu estava a dizer. Não me lembro da minuta de contrato. Lembro-me da questão sobre a inclusão no contrato do seguro, mas não da receção de uma minuta de contrato.

É isso que eu estava a dizer, mas, depois, como falou de minuta de contrato, fiquei...

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Está a referir-se à dita cláusula 5, relacionada com os custos e indemnizações.

Tem conhecimento decorrente do parecer que a DGTF deu, de não estar de acordo com essa cláusula, e do pedido de parecer que foi pedido à Linklaters?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Não, não me lembro.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Portanto, nunca foi remetido à DGTF o parecer desta sociedade de advogados, que refutava a posição da DGTF quanto a esse posicionamento sobre essa cláusula?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Não nos lembramos.

Esta é a posição da DGTF, é sempre suscetível... Não para a TAP, mas para todas as empresas.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Para a DGTF, e com base no Estatuto do Gestor Público, ficou claro que os gestores da TAP tinham conhecimento da aplicação do referido Estatuto e que, portanto, não poderiam afirmar nunca o seu desconhecimento, correto?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sim, eles são gestores públicos, foram eleitos, deviam conhecer.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Quanto ao relatório da IGF e à deliberação unânime por escrito já aqui referida, considera que foi seguido o procedimento normal para este tipo de exonerações? Portanto, é elaborado o relatório da IGF, depois há a deliberação unânime e, por fim, a deliberação em assembleia geral.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Não há muitos processos assim, não é? Normalmente, uma demissão, ou é por mera conveniência... É sempre em deliberação. Bem, em deliberação, ou em sessão de assembleia geral, que se equivalem. Neste caso, resulta de um relatório da IGF, há uma primeira deliberação para que haja audiência prévia e, finda a audiência prévia, há a deliberação final. O processo normal é sempre ou por deliberação, ou na própria assembleia.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Referiu, há pouco, que leu o relatório da IGF, tendo, portanto, conhecimento do mesmo, correto?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sim.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — A deliberação unânime por escrito baseia-se nesse mesmo relatório, certo?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sim.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — A Doutora referiu há pouco que assinou o documento. Nós temos acesso a um *e-mail* em que a Doutora dá o *ok* a esse documento, que é depois remetido novamente para o Ministério das Finanças. Confirma?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Quem é que dá o *ok*, desculpe?

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Temos acesso a um *e-mail* enviado pela Sr.^a Doutora ao Ministério das Finanças a dar o *ok* ao documento e a remetê-lo para aprovação final do Ministério das Finanças. Recorda-se da troca desses *e-mails*?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — De quando é esse *e-mail*? Posso saber?

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Não tenho aqui a data do *e-mail*, mas está na documentação a que esta CPI teve acesso.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Eu não sei quem mandou esse *e-mail* a dar o *ok*.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Está assinado pelo menos por si.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Em que eu dou o *ok* ao documento?

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Tem a indicação de que concorda com o documento e remete-o para aprovação final do Ministério das Finanças.

Portanto, pelo que vejo, não se recorda do *e-mail*. Correto?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Se esta é a deliberação final, eu nem estava em Lisboa. Nem consigo...

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Este não seria o procedimento normal?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Poderia ser o procedimento normal, mas, em relação a este procedimento, as deliberações foram recebidas no momento em que não houve... Não era para dar o acordo da DGTF, era para cumprir aquilo. Por isso, acho que há qualquer coisa que não consigo... Porque, se é neste final, eu não estava sequer em Lisboa.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Refiro apenas que temos esse *e-mail* na nossa posse.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Pois, mas não sabemos a que se refere.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Podemos afirmar, portanto, que o relatório da IGF e o respetivo contraditório, a informação nele contida, foi adequado para elaborar e para moldar a decisão do acionista para a destituição da CEO e do *chairman*?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Ou seja, uma vez mais, a DGTF recebeu uma deliberação, cumpriu as orientações relativas à assinatura daquela deliberação, que considerava — e penso que tinha tido o apoio da JurisAPP na análise, que é a entidade que presta apoio jurídico — adequada para a elaboração daquelas minutas.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Passando à questão da devolução da indemnização, já aqui esclareceu que já deu a respetiva resposta à TAP, a de que caberia à empresa fazer o cálculo do valor da indemnização a devolver.

Considera que, com a devolução do valor da indemnização, este processo da Alexandra Reis fica concluído?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Eu não sou jurista e tenho alguma dificuldade em dizer se estará concluído ou não. Ou seja, esta parte da indemnização, com a devolução, fica concluída. Se há outras consequências, deixo para os juristas.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Naturalmente que essas são questões posteriores. Queria dizer quanto à posição do Estado e quanto a uma situação normal.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sim, sim.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Quanto à saída da Dr.^a Alexandra Reis, segundo o relatório da IGF, a DGTF teve conhecimento apenas com o comunicado feito à CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários). Confirma?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sim.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Em algum momento foi referido, de forma formal ou informal, à DGTF a existência de um acordo?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Não. À DGTF não foi referido um acordo.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Portanto, confirma que a DGTF não acompanhou este processo de saída da Alexandra Reis em momento algum até essa comunicação?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Não, não acompanhou.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Considera...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, já terminou o seu tempo.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra, pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Deputado Paulo Moniz, no início da 2.^a ronda.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Diretora, queria-lhe perguntar se considera que a função acionista...

Pausa.

Está muito ruído.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Considera que a função acionista sempre foi, neste caso, desempenhada diretamente pelo Ministério das Finanças?

Pergunto-lhe ainda como avalia a relação entre a DGTF e o ex-Ministro João Leão e a relação entre a DGTF e o ex-Secretário de Estado Miguel Cruz.

Como é a vossa relação com a PARPÚBLICA? Qual é a regularidade de informação trocada? Qual é a regularidade de acompanhamento que têm? Como é que interagem? A que nível interagem? Como é que isto se processa?

Gostaria ainda de saber o seguinte: quando houve conhecimento, da vossa parte, do comunicado da TAP enviado à CMVM, lá constava que a Eng.^a Alexandra Reis havia renunciado ao cargo para abraçar novos desafios pessoais ou novos desafios profissionais. Quando se aperceberam que não havia sido assim, porque havia, digamos, um despedimento por mútuo acordo, comunicaram à CMVM esta irregularidade? Comunicaram à TAP, para que esta promovesse a correção da razão da saída da Eng.^a Alexandra Reis? Qual foi a vossa intervenção nessa matéria?

Queria ainda perguntar-lhe uma questão importante. Foi transmitido, em audições anteriores, aqui, da PARPÚBLICA, que existia uma estratégia deliberada de transferir a participação do Estado na TAP da PARPÚBLICA para a DGTF. Concorda com esta visão? Qual é o seu entendimento e leitura dessa estratégia?

O Sr. **Presidente**: — Agora, nesta 2.^a ronda, as perguntas são feitas em conjunto e, no fim, responde a todas elas. Se houver alguma que não tenha eventualmente registado, nós procuraremos que sejam dadas respostas

a todas elas, às que foram agora colocadas, neste caso, pelo Sr. Deputado Paulo Moniz.

Sr.^a Diretora-Geral, tem a palavra.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Então, começando pela última, sobre uma intenção deliberada, não estivemos nas negociações, não sei qual era a intenção. A cada momento, foram dadas orientações para a DGTF entrar no capital, adquirir capital. Portanto, se era a DGTF, ou se era o Estado através da DGTF que entrava no capital, necessariamente, a PARPÚBLICA saía. Não sei se foi deliberado, não estivemos nas negociações.

A relação da DGTF com o Sr. Ministro João Leão, em termos da TAP? Nunca estivemos muito envolvidos, no sentido das questões estratégicas, nas questões da TAP, não me lembro de ter falado com o Sr. Ministro João Leão sobre o assunto.

Em relação a outros trabalhos que a DGTF tem, falei com o Sr. Ministro João Leão, mas de outros trabalhos que não da TAP.

Com o Professor Miguel Cruz, enquanto Secretário de Estado, ele tutelava a TAP, e, portanto, falávamos sobre muitos assuntos, alguns deles eram sobre as orientações que me dava relativamente à TAP para concretizar alguma operação. Não consigo precisar exatamente quando nem como, mas trabalhamos... A DGTF está no edifício do Ministério das Finanças, está próximo destes membros do Governo, próximo fisicamente e, portanto, é habitual falarmos e eu deslocar-me aos gabinetes.

Relativamente ao acompanhamento da PARPÚBLICA, é o acompanhamento como o das outras empresas, ou seja, o exercício da função acionista. A PARPÚBLICA tem autonomia de gestão, quando precisa, vai sendo acompanhada, isto é, quando precisa de alguma intervenção, de alguma ajuda, solicita à DGTF.

Sobre se a função acionista da TAP era no Ministério das Finanças ou

não, uma vez mais, as coisas que eram pedidas à DGTF e que chegavam à DGTF eram feitas no Ministério das Finanças, porque eram feitas na DGTF.

Se os administradores da TAP falavam mais com um membro do Governo ou com outro, não posso afirmar.

Acho que respondi a todas as questões.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Diretora-Geral.

Vai usar agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Chega, o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Sr.^a Diretora-Geral disse, há instantes, em resposta a uma questão, que a CEO e o Presidente do Conselho de Administração tinham de conhecer o Estatuto do Gestor Público, e nós estamos de acordo.

A primeira questão que gostava de lhe colocar é a seguinte: então, e o CFO não tem de conhecer o Estatuto do Gestor Público quando assina o pagamento indemnizatório? Então, e o Governo não tem de conhecer o Estatuto do Gestor Público e permite que se demita a Sr.^a Alexandra Reis, nas condições em que foi demitida por mútuo acordo, sabendo que não há mútuo acordo no Estatuto do Gestor Público? E ainda, os membros do Governo também não deviam saber que os valores, ao abrigo do Estatuto do Gestor Público, estavam muito longe do que está previsto no Estatuto?

É que parece que está a querer criar-se uma narrativa de querer imputar a responsabilidade ao CEO e ao Presidente do Conselho de Administração, mas estamos a esquecer-nos que o Estatuto do Gestor Público se aplica a muitos outros intervenientes neste ponto.

Segunda questão: parece-lhe razoável que a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis tenha passado pela Administração da TAP, tenha seguidamente ido para a Administração da NAV e, depois, acabe como Secretária de Estado do

Tesouro? Isto não lhe parece aquela questão das famosas portas giratórias? O que é que tem a dizer sobre isto? Quando a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis é convidada pelo atual Ministro das Finanças para o cargo de Secretária de Estado do Tesouro, o Sr. Ministro das Finanças não tem de ter conhecimento prévio das funções que a Sr.^a Engenheira desempenhou e onde é que as desempenhou e ter também o cuidado que não fosse para um cargo público tutelar empresas por onde passou?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sobre o Estatuto do Gestor Público, é um diploma, está publicado e, portanto, eu presumo que toda a gente o conhece.

Quanto à escolha...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, não respondeu à minha pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos ouvir a intervenção e, no fim, se houver alguma questão para esclarecer, vamos tentar fazer...

Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral, para continuar.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Quanto à questão da nomeação da Eng.^a Alexandra Reis para os diferentes cargos, não me compete avaliar a pertinência dessas nomeações. Houve uma nomeação, houve uma designação e não compete, a mim, avaliar... O Sr. Ministro, com certeza, teve em consideração tudo aquilo que conhecia para a propor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça o favor de dizer para a Mesa exatamente qual é a questão que acha que não ficou respondida.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, eu lanço-lhe a questão também a si: o Sr. Presidente ficou satisfeito com a não-resposta? É que nós não ficámos.

Eu fiz uma pergunta que envolve várias pessoas, que ocuparam vários cargos e perguntei se essas pessoas, nesses cargos, não têm a obrigação de conhecer o Estatuto do Gestor Público tal qual como foi imputada essa responsabilidade, e bem, ao ex-Presidente do Conselho de Administração e à ex-CEO da TAP. O que foi respondido pela Sr.^a Diretora-Geral é que toda a gente tem obrigação de conhecer o Estatuto do Gestor Público. Não foi isso que eu perguntei, de todo!

Na segunda questão, eu perguntei à Sr.^a Diretora-Geral, porque tem um cargo de suma importância na sociedade portuguesa, se acha normal ou não uma nomeação como a da Eng.^a Alexandra Reis para o lugar de governante a que foi chamada. Simples.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, quero dizer-lhe o seguinte: eu vou passar a palavra à Sr.^a Diretora-Geral, mas queria dizer que penso que a resposta que deu é uma resposta que... Eu não consigo dizer-lhe quando é que fico satisfeito com uma resposta ou quando fico satisfeito com uma pergunta. As perguntas são feitas por quem entende, as respostas são dadas por quem entende.

O Sr. Deputado perguntou se, nomeadamente, o CFO não deveria conhecer o Estatuto do Gestor Público. Todos nós sabemos que a ignorância da lei não pode aproveitar aos próprios, ou seja, todos nós que desempenhamos funções devemos conhecer a lei. E eu penso que a Sr.^a

Diretora-Geral deu uma resposta que é conclusiva quanto a essa questão.

De qualquer forma,... Sr. Deputado, nós estamos aqui a tentar resolver,... Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, vai-me desculpar, com o devido respeito, acho que o Sr. Presidente não pode fazer um juízo de valor sobre questões e perguntas.

Eu relembro o Sr. Presidente que é presidente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que é diferente de todas as outras, e quando há questões que são dirigidas aos inquiridos aqui presentes, essas questões têm de ser respondidas, mas não é pela rama, nem superficialmente. Se isto fosse numa comissão, que não uma Comissão de Inquérito, eu aceitava a resposta de que todos os cidadãos têm de conhecer o Estatuto do Gestor Público. Nem são todos cidadãos, mas tudo bem, deixamos passar. Numa Comissão de Inquérito, uma resposta destas, para mim, não é válida e penso que para o Sr. Presidente também não.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, quero dizer-lhe o seguinte: foi o Sr. Deputado que me perguntou se eu tinha ficado satisfeito com a resposta e eu quis dizer-lhe que não faço essa apreciação das perguntas ou das respostas.

O que eu tentei foi intermediar na resposta que eu entendi da Sr.^a Diretora-Geral, a quem eu ia dar a palavra para poder dizer aquilo que entender, nomeadamente dar resposta a mais alguma questão ou esclarecer, de uma forma mais conclusiva, as perguntas que foram feitas.

Sr.^a Diretora-Geral, tem a palavra para nos poder ajudar nos esclarecimentos que foram pedidos.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Em relação ao Estatuto do Gestor

Público, quem é gestor público é suposto de conhecer o Estatuto do Gestor Público. Eu não disse outra coisa que não isto anteriormente. Não quis dizer que a população portuguesa devia conhecer. Quem está no Estatuto devia conhecer o Estatuto do Gestor Público.

Quanto a ser normal ou não, não me cabe, a mim, julgar as nomeações de determinada pessoa para determinado cargo. Não é normal nem deixa de ser normal... Foi designada para aquele cargo. Não me cabe a mim achar normal... O que é que é normal na sociedade? Não sei!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas tem opinião?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Não me cabe, a mim, achar se é normal.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas tem opinião?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Não, não tenho opinião, não tenho de ter. Não tenho opinião sobre os senhores ministros que são nomeados, nem os senhores secretários de Estado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Diretora-Geral.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero colocar-lhe duas questões. A primeira era perguntar-lhe sobre a M&E Brasil: em que é que a DGTF esteve envolvida neste processo? Ou se, simplesmente, como respondeu há pouco, o Ministério dava indicações e a DGTF autorizava as transferências.

Segunda pergunta: há uma comunicação do anterior *chairman* Manuel

Beja para Hugo Mendes, de julho de 2021, já falámos aqui dela noutras audições, que fala exatamente nesses casos e em que a TAP diz que precisa para cumprir as suas obrigações da autorização célere da DGTF para enviar dinheiro para a M&E Brasil.

Por isso, eu gostava de saber se este tipo de operações era frequente e se a DGTF apenas autorizava, ou por iniciativa própria, ou por indicação do Governo.

Terceira pergunta: em relação à deliberação, de que também já aqui falámos há pouco, já sei que não foi assinada por si, mas há vários pontos da deliberação — tendo em conta que a deliberação foi assinada já depois de várias audições aqui na Comissão de Inquérito — que, vai-me desculpar, mas não são verdade, porque já tinham sido desconstruídos aqui na própria Comissão de Inquérito.

Dou-lhe um caso claro: diz, por exemplo, que o Ministro Pedro Nuno Santos só deu o aval, coisa que já sabemos que não é verdade, as mensagens até já são públicas, etc.

E há lá vários pontos da deliberação que já tinham sido desconstruídos aqui na Comissão de Inquérito, e o que eu pergunto é, sabendo que não assinou, como é que a DGTF pode assinar uma coisa que tem vários pontos que anteriormente a Comissão de Inquérito já tinha mostrado não serem verdade?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Em relação à M&E Brasil, tanto quanto julgamos estar a falar, em determinado momento, a TAP precisava de autorização para transferir para a M&E Brasil, mas eram antecipações de fundos por conta de pagamentos futuros, ou seja, o próprio plano prevê

transferências de algumas verbas para a M&E Brasil e era nesse âmbito que havia autorização.

Não consigo a esta distância dizer se foi a DGTF, se recebemos orientações... Seguramente, e uma vez mais, deveremos ter falado, com certeza, com a nossa tutela sobre o assunto, não sei se propriamente orientações.

Quanto à deliberação, é aquilo que já disse: a DGTF recebeu uma deliberação para assinar, tanto quanto sei, bastante em cima da hora e assinou com base naquilo que tinha sido preparado pela JurisAPP e, uma vez mais, não pretendemos mudar a deliberação. Eu não a assinei, não estava cá, mas teria seguido o mesmo procedimento.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra, pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Obrigada, Sr. Presidente.

Eu só queria esclarecer uma coisa, porque a DGTF tem uma discussão com a TAP sobre os acordos de gestão relativamente ao seguro, que não queriam que fosse pago pelo Estado, pelo acionista, porque os seguros das companhias aéreas são muito caros, porque têm de cobrir o risco para os administradores, de eventuais acidentes, etc. e disse-nos, depois, que esse assunto, mais para a frente, ficou com a UTAM e não com a DGTF.

A minha pergunta é se houve uma mudança de tutela nesta questão ou se sempre foi a UTAM, e se sempre foi a UTAM, porque é que foi a DGTF a discutir a questão do seguro e a responder à TAP sobre o seguro.

Também queria perceber como é que esta questão se resolveu, enfim, qual foi a conclusão, uma vez que ainda não há contratos de gestão hoje, que é o cúmulo da forma como todo este processo ocorreu? Ainda não há contratos de gestão hoje, mas eles hoje estão mais próximos de serem uma

realidade. Como é que se chegou a uma conclusão sobre esta questão do seguro? Há seguro ou não há seguro? Quem é que venceu esta disputa?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — É suposto que os gestores tenham feito um seguro, pode é não ser aquele que entenderiam ou julgariam necessário fazer.

Sobre os contratos de gestão, eu diria que agora é claramente... Desde a portaria de 2021, mas já começou a ser trabalhado... Ou seja, já no início de 2021 estava claramente na UTAM, e foi a UTAM que trabalhou na portaria para avançar com aquele processo. Antes de 2021, tinha havido, da parte da DGTF, numa determinada fase, a proposta do modelo, e depois essa proposta não avançou.

Portanto, não posso dizer propriamente que estava na UTAM, não quero atirar para outra entidade, mas não terá havido...

O Sr. Dr. **José Gato** (Diretor de Serviços do Gabinete de Apoio e Coordenação do Setor Empresarial do Estado): — Foram nomeados em 2021, já em 2021.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Pois, é isso.

Como eles foram nomeados em 2021, nessa altura já estaria em discussão com a UTAM aquele modelo. Portanto, foi a nós porque, eventualmente, nos colocaram a questão e nós entendemos dizer aquilo que entendíamos sobre o assunto. Depois, a seguir, seria encaminhado para a UTAM, mas que já conheceria a nossa.

O Sr. Dr. **José Gato**: — Julgo eu que será uma matéria que, à partida, poderá ser vossa, eles é que resolveram incluir um contrato de gestão, ou seja, não era isso que estava...

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sim, ou seja, também não é habitual os contratos de gestão terem seguros. Não é? Pronto. Ou seja, aquela... Por isso veio também para a DGTF. Mas não é habitual, o contrato de gestão e o modelo não têm o seguro.

Não sei se me fez mais alguma pergunta...

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra, pelo Grupo Parlamentar do PS, a Sr.^a Deputada Vera Braz. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Voltando à questão da saída da Dr.^a Alexandra Reis, confirmou há pouco que a DGTF só teve conhecimento quando foi comunicado à CMVM e não acompanhou o processo.

Relativamente ao momento em que têm conhecimento desta saída, que tipo de informação é que têm da saída, que, a tratar-se, se trataria de uma renúncia?

Neste caso, o que lhe pergunto é: se já teriam existido outras renúncias no ano anterior por parte de administradores e se o processo se desenrolou da mesma forma, de forma idêntica; se houve ou não, nesses casos, comunicação dessas renúncias à DGTF, e da parte de quem; e se houve ou não comunicação também à CMVM.

No seguimento disto, a ideia é tentar perceber se este foi um procedimento em tudo idêntico aos outros ou não, se era o procedimento normal. Era normal existirem contactos da CEO ou do PCA com a DGTF? Em que circunstâncias? Considera que seria de esperar um contacto dos mesmos com a DGTF, enquanto acionista, numa situação como esta, ou não, não se daria esse caso?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Em termos de renúncia, portanto, das anteriores também tivemos conhecimento pela comunicação ao mercado.

Habitualmente, noutras situações em que até não há comunicação ao mercado, recebemos as cartas de renúncia, que são dirigidas ao presidente da mesa da assembleia geral, ao acionista. Também já alterámos os procedimentos e, a partir de agora, queremos, para todos, a carta de renúncia, em qualquer situação.

O que é que era...?

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Os contratos.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Ah! Não... Ou seja, não.

Do Dr. Manuel Beja recebemos uma vez um contacto, mas apenas para se apresentar, não houve contacto. Da Eng.^a Christine nunca recebemos qualquer contacto, não falamos. Normalmente, com a TAP os serviços falam entre si... Mas acho que não me lembro de ter recebido recentemente — não, ao contrário do tempo do empréstimo — contactos da TAP.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora à terceira ronda de faculdade de intervenção por parte dos Srs. Deputados a título individual, podendo cada um dos Srs. Deputados fazer uma intervenção de até 2 minutos.

Registo quatro inscrições para intervir: o Sr. Deputado Hugo Carneiro, depois o Sr. Deputado Filipe Melo, depois o Sr. Deputado Paulo Moniz e depois o Sr. Deputado Bruno Aragão. Depois as respostas serão em conjunto a todas estas intervenções feitas pelos Srs. Deputados.

Sr. Deputado Hugo Carneiro, faça favor, tem até 2 minutos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^a Diretora-Geral e pessoas que a acompanham.

Referiu inicialmente, nas respostas ao meu colega Paulo Moniz, que a instrução para assinar a deliberação unânime tinha vindo do gabinete do Sr. Ministro. E eu perguntava-lhe, em concreto, da parte de quem e sob que forma: por *e-mail*, por escrito, um despacho...? Quem é que assina esse despacho? Gostava de saber exatamente os termos desta instrução que foi dada à Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Depois, perguntava-lhe também se recebeu alguma instrução ou aconselhamento da parte de algum governante, atual ou não atual, sobre aquilo que deveria dizer aqui hoje.

Perguntava-lhe também se a Direção-Geral do Tesouro e Finanças analisou os pareceres jurídicos da JurisApp e, se a resposta for afirmativa, que conclusões é que tirou dessa análise atendendo à posição do Estado — nomeadamente, na eventualidade de existir litigância, em que situação é que ficaria a posição do Estado.

Também já foi referida a matéria dos contratos de gestão, que foram inexistentes e que, julgo, continuam a ser inexistentes. Isso tem consequências legais.

A Direção-Geral do Tesouro e Finanças é um dos representantes do acionista, do Estado, portanto, gostava de saber qual é a consequência, ou seja, se fez alertas, nomeadamente aos governantes, sobre as consequências legais, se propôs medidas de ação...

É que a lei, no Estatuto do Gestor Público, diz expressamente que a Direção-Geral do Tesouro — não se referindo especificamente à Direção-Geral do Tesouro, mas ao representante do acionista — tem responsabilidades nesta matéria. Portanto, o que é que a Direção-Geral do Tesouro e Finanças fez, ou pretende fazer, ou equacionou, ou propôs, ou foi questionada, ou questionou...? Julgo que isso era relevante.

Também foi referida a matéria dos seguros. Julgo que, nos seguros, existiu uma grande confusão entre aquele seguro que o Código das

Sociedades exige e o seguro que a TAP queria fazer, e perguntava se antes de a empresa ser privatizada essa questão alguma vez se tinha colocado também.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo, faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Diretora-Geral, tenho três questões muito simples.

Primeira: teve acesso ao parecer jurídico de que as Sr.^{as} Ministras dos Assuntos Parlamentares e da Presidência falaram? Conhece o parecer jurídico, ou tem-no em sua posse?

Segunda questão: numa audição ao antigo Administrador da PARPÚBLICA Dr. Mário Lobo, quando lhe perguntaram quem decidiu o pagamento dos 55 milhões a David Neeleman, o Dr. Mário Lobo respondeu, de forma perentória: «Não sei, mas alguém deve saber. Perguntem à DGTF.» O que é que nos pode dizer sobre este pagamento?

E, relativamente ao plano de reestruturação, ao que parece, foi divulgado durante muito tempo que o acordo e o plano previam os cortes salariais, mas viemos a saber, mais recentemente, que afinal não era bem assim. Tinha de se cortar em algumas gorduras da empresa, mas não foi imposição de Bruxelas o corte salarial. Porque é que se terá optado por esta via, não por outras, mas sim pela parte mais fácil, que é cortar nos salários dos trabalhadores?

Para já é só, muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Moniz, faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Diretora, retomando um bocadinho o fio da meada, o relatório da IGF, encomendado, ou

solicitado pelo Sr. Ministro das Finanças, Fernando Medina, desde logo viola o código de conduta do próprio Governo.

Senão, vejamos: ele é um dos próprios envolvidos e visados da investigação da IGF; a investigação incide sobre uma secretária de Estado do Ministério das Finanças; a esposa do Sr. Ministro era diretora jurídica da empresa que está a ser analisada. Tudo isto configura uma violação grosseira da própria conduta do Governo.

E, repare, o Sr. Ministro recebe, no dia 3 de março, às 15 horas, a proposta de relatório da IGF para homologação — sexta-feira, às 15 horas — e, na segunda-feira à tarde, anuncia *urbi et orbi* o despedimento da Sr.^a CEO e do *chairman*, e até já anuncia o sucessor, naquilo que é um despedimento em tempo real. Sobre a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis, a TAP faz uma comunicação à CMVM, dizendo que ela saiu para abraçar novos desafios, numa paz e numa figura que se veio a revelar que não era verdade.

A Sr.^a Diretora — e agora apelo à sua consciência de serviço público, de sentido público, de dever —, quando viu estas comunicações e quando viu a realidade dos factos, que não coincidia com a comunicação à CMVM, em algum momento, no íntimo do seu julgamento pessoal, se sentiu impelida a comunicar à TAP que corrigisse esta informação que havia dado à CMVM, porque era uma informação falsa? Nunca sentiu essa obrigação?

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, a minha questão é simples.

Em 2021, saiu João Weber dos Reis Gameiro e houve um comunicado à CMVM. Saiu, depois, José Silva Rodrigues, ainda em 2021, em dezembro,

e houve um comunicado à CMVM. Os processos funcionaram, aparentemente, de forma normal.

Logo a seguir, saiu, no início de 2022, a Eng.^a Alexandra Margarida Vieira Reis e há um comunicado à CMVM. Sabemos que a DGTF teve conhecimento disto no dia 4 de fevereiro, quando houve a comunicação à CMVM. E sabemos também que, nesse dia, houve um conjunto de mensagens, de que já falámos abertamente, em que houve explicitamente, da parte da CEO — e que já foi confirmado também pela Eng.^a Alexandra Reis —, a necessidade de manter confidencial aquele acordo.

Portanto, o que é comunicado ao mercado é que há uma renúncia, o acordo fica confidencial e restrito, e, pelo que sabemos agora, fica fechado em três ou quatro pessoas, não sai dali ninguém sabe, até, em dezembro de 2022, este caso se tornar público. Tendo seguido o mesmo procedimento, a DGTF tinha alguma forma de saber que tinha existido um acordo destes, que o processo não tinha sido normal, a não ser que ele se tornasse público?

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Diretora-Geral, quando entender, tem a palavra para prestar os esclarecimentos às questões dos Srs. Deputados.

Pausa.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Bem, de qualquer maneira, vou começar a responder a algumas questões.

Começando pelo fim, não havia, nem há, razão para que a DGTF duvide em qualquer momento daquilo que lhe é comunicado. A não ser que houvesse algum indício da nossa parte, que não existia, não há razão para alguém que renuncie. Há muitos gestores públicos que renunciam e por isso não havia razão para o fazer e não o fez.

No momento, foi toda uma sucessão de questões que... Na altura, poderia a DGTF ter dado logo instruções à TAP para comunicar algo diferente, até saber o que é que tinha acontecido, e não as demos. Mas também porque foi uma sucessão de questões que, na altura, não nos levou a pensar nesta situação.

O Dr. Mário Lobo disse para perguntar à DGTF quem é que decidiu pagar 55 milhões. Estava no diploma, competia à DGTF cumprir o diploma e, portanto, cumpriu o diploma que determinava o pagamento dos 55 milhões. A DGTF não tem acesso aos pareceres jurídicos da JurisApp, nem a quaisquer outros pareceres jurídicos.

Relativamente à DUE recebida do gabinete do Sr. Ministro, uma vez mais volto ao início da minha questão: não sei se este é um documento classificado e, portanto, não sei o que é que chega e o que é que eu posso dizer aqui assim em público. Portanto, uma vez mais, coloca-se esta questão, que eu deixo para o lado de quem mandou, de quem enviou, essas questões da classificação de documentos, que poderão justificar.

Não recebi nem reuni, nos últimos dias, com nenhum governante, portanto não recebi nenhuma indicação do que devia dizer. Também não sabia o que é que me ia ser perguntado, portanto não era fácil saber o que é que eu poderia vir a dizer.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Depende do partido!

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Não tenho memória de que tenha havido alguma questão sobre os seguros antes de privatização.

Em relação aos planos de reestruturação, o próprio plano de reestruturação prevê um *burden sharing* e uma redução de custos laborais. Como é que essa redução é feita? Se calhar não está lá dito que é para fazer

cortes salariais, mas era suposto que a TAP conseguisse fazer redução de custos, entre eles os custos salariais.

Sobre os contratos de gestão, já falei: foi uma questão que, a partir de 2021, passou para a UTAM, portanto não existiram. Neste momento, não sei se já foram entregues outros.

Acho que está tudo.

Em relação à primeira pergunta, a que não respondi, tem a ver com os documentos classificados. Julgo que são classificados, não sei se são ou não, mas, sem saber isso, não vou responder.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.^a Diretora-Geral.

O Sr. Deputado Hugo Carneiro pede a palavra, faça favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim, Sr. Presidente. É relativamente a algumas questões que não foram respondidas. A primeira refere-se às instruções que foram recebidas por parte do gabinete do Sr. Ministro das Finanças para a assinatura da deliberação unânime por escrito. Portanto, quem é que enviou, sob que formato? Isto não é informação confidencial. Confidencial, quando muito, será a deliberação unânime. Mas não me parece que saber quem dá a instrução seja confidencial, e se for, então nós temos de ter a informação: à porta fechada ou por qualquer meio, mas temos de ter a informação. Acho que isto deve ser respondido, não vejo nenhuma objeção a que seja respondido.

Também houve uma questão que foi referida, dos contratos de gestão. O Estatuto de Gestor Público — não fiquei esclarecido sobre isto, acho que não é claro — diz, no artigo 18.º, n.º 2, que os titulares da função acionista assinam estes contratos.

Portanto, quer isto dizer que a Direção-Geral passou para a UTAM? É que também não percebi.

Ou seja, em face da lei, uma vez que a lei é do conhecimento de todos, precisávamos de perceber exatamente qual é o papel da Direção-Geral nisto.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr.^a Diretora-Geral, se for possível, sobre estas duas questões, dar esclarecimentos...

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Araújo**: — Sim, a segunda é fácil: o titular da função acionista é o Sr. Ministro, eventualmente delegado no Sr. Secretário de Estado. Quem assina os contratos são só os membros do Governo e não a DGTF.

Portanto, a DGTF não passou nada para a UTAM. A UTAM tem algumas competências no âmbito das empresas públicas: analisa PAO (planos de atividades e orçamentos), etc. Portanto, como eu disse, em 2021 saiu uma portaria com um modelo de contrato de gestão, que já estava a ser preparado anteriormente com a UTAM. Ou seja, neste momento, a designação, isso já estava a ser feito.

Quanto à pergunta anterior, volto a dizer: não sei se os *e-mails* são classificados. Chegou tudo por *e-mail* e, sem ter essa informação, não vou responder a não ser à porta fechada. Nesse caso responderei.

O Sr. **Presidente**: — Sobre esse ponto, aquilo que eu propunha é que eu próprio faça essa pergunta, para que esses elementos nos possam chegar, precisamente em função desta dúvida que nos surgiu na nossa audição, se todos os Srs. Deputados estiverem de acordo. Se forem classificados, teremos acesso aos documentos e penso que é a melhor forma de termos essa informação.

Sr. Deputado Bernardo Blanco, pede a palavra? Não? Está esclarecido? Muito bem.

Então, se todos estiverem de acordo, agradecendo à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças a sua presença, despedíamo-nos e encerrávamos a nossa reunião, ficando com esta menção de que nós iremos pedir esse elemento que, de facto, é necessário para conseguirmos prosseguir os nossos trabalhos.

Muito obrigado a todos, boa tarde e até amanhã.

Eram 17 horas e 13 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.